



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA FLORESTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS**

**ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES, AGRICULTORAS E
CONSUMIDORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO
DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO**

Naftali de Lucena Vieira

**PATOS - PB - BRASIL
FEVEREIRO, 2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA FLORESTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS**

**ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES, AGRICULTORAS E
CONSUMIDORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO
DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO**

Naftali de Lucena Vieira

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural como parte das exigências à obtenção do Título de Mestre em Ciências Florestais, Área de Concentração Ecologia e Manejo dos Recursos Florestais

Orientadora:

Ivonete Alves Bakke, Dra

**PATOS - PB - BRASIL
FEVEREIRO, 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER

V657a VIEIRA, Naftali de Lucena.
A análise do perfil dos agricultores, agricultoras e consumidores da
feira da agricultura familiar no território do médio sertão Paraibano / Naftali
de Lucena Vieira .- Patos - PB, 2011.
54 fls. + [12]

Orientadora: Prof. Dra. Ivonete Alves Bakke
Dissertação Apresenta à Universidade Federal de Campina
Grande – UFCG, Centro de Saúde e Tecnologia Rural Campus de Patos – PB.

1. Agroecologia 2. Produção Agrícola 3. Renda
Familiar 4. Sustentabilidade I.Título II. Universidade
Federal de Campina Grande- UFCG.

CDU: 631.58



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA FLORESTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS**

**TÍTULO: ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES, AGRICULTORAS E
CONSUMIDORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO
DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO**

AUTORA: NAFTALI DE LUCENA VIEIRA

Dissertação aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE em CIÊNCIAS FLORESTAIS - Área de Concentração Ecologia e Manejo dos Recursos Florestais pela Comissão Examinadora composta por:

Dra. Ivonete Alves Bakke
UFCG/CSTR/UAEF (Orientadora)

Dra. Ramonildes Alves Gomes
UFCG/CEI (1ª Examinadora)

Dra. Patrícia Carneiro Souto
UAEF/CSTR/UFCG (2ª Examinadora)

Patos (PB), 11 de fevereiro de 2011

Aos meus pais e irmãos, que sempre foram o alicerce de amor para minha construção pessoal.

Aos agricultores e agricultoras da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano, que com muito carinho me acolheram e proporcionaram ensinamentos muito valiosos.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar meus passos e estar ao meu lado sempre, principalmente nos momentos mais difíceis; dando força e coragem para enfrentar com serenidade as dificuldades.

Aos meus pais Martinho Vieira Dantas e Maria Lucia de Lucena que são os meus maiores ídolos e de quem tanto me orgulho, por terem me ensinado as primeiras lições vida.

Aos meus irmãos Edneia, Luciana, Raquel, e Martinho, pela presença, força, carinho e incentivo em todos os momentos de minha vida, indispensáveis para alcançar meus objetivos.

Ao meu esposo Alcides Queiroga pela compreensão nos momentos de minha ausência e ajuda nos instantes que precisei.

A UFCG - Campus de Patos pela oportunidade e confiança que abraçou profissionais de diversas áreas, em que participam do seu Programa de Pós-Graduação.

À, minha Orientadora Dra. Ivonete A. Bakke, pela competência, compreensão, respeito, e disponibilidade em orientar neste trabalho e por acreditar na minha capacidade.

Agradeço às Professoras: Dr^a Ramonildes Alves Gomes e Dr^a Patrícia Carneiro Souto por participarem e opinarem nesse trabalho, dando suas honrosas contribuições.

À Coordenação do Programa, exercido, inicialmente pela professora Dra. Joedla Rodrigues de Lima e, atualmente, com a professora Dra. Patrícia Carneiro Souto e a todos os Professores.

Aos colegas. Em especial ao grupo de estudo Kaliane, Maria de Fátima, Hedilberto e seu Manoel pelas noites e finais de semana nas estatísticas.

À minha amiga Kaliane Benício pelo apoio e suporte de toda essa jornada. E à Juliana pela ajuda e amizade.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	7
REFERENCIAL TEÓRICO	9
1 ASPECTOS GERAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR	9
1.1 Agricultura Familiar no Brasil	13
1.2 Agricultura Familiar na Região Nordeste	13
1.3 Agricultura Familiar na Região Semiárida do Nordeste	14
1.4 Agricultura Familiar na Paraíba	16
2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE	17
2.1 Agricultura Familiar Frente à Agroecologia: desafios na Região Semiárida	20
2.2 Feira Agroecológica do Território do Médio Sertão Paraibano	22
2.2.1 Características Gerais do Território do Médio Sertão Paraibano	22
2.2.2 Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano	24
3 MATERIAL E MÉTODOS	27
3.1 Caracterização da Área de Estudo	27
3.2 Metodologia Aplicada	28
3.2.1 Elaboração dos Questionários	29
3.2.1.1 Questionário Aplicado aos Agricultores e Agricultoras	30
3.2.1.2 Questionário Aplicado aos Consumidores	30
3.2.1.3 Tabulação dos Dados	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1 Universo da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano	31
4.2 Perfil dos Agricultores e Agricultoras	34
4.2.1 Núcleo Familiar e Faixa Etária	34
4.2.2 Distribuição de Gênero	36
4.2.3 Produtos Ofertados na Feira	37
4.2.4 Renda Familiar	39
4.2.5 Assistência Técnica	41
4.3 Perfil dos Consumidores da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão	42

5 ASPECTOS RELEVANTES OBSERVADOS SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO	46
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXO.....	55
APÊNDICE	68

ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES, AGRICULTORAS E CONSUMIDORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO

RESUMO

A atividade agrícola existe desde os primórdios com a exploração dos recursos naturais pelo homem para satisfazer as suas necessidades de alimentos e de outros produtos. A Agricultura Familiar no Brasil concentra-se na Região Nordeste, a qual é marcada pela ausência de políticas públicas e assistência técnica, os principais fatores responsáveis pelos baixos índices de produção da atividade e acentuada pobreza das famílias que a ela se dedicam. A Agroecologia é uma forma de desenvolver atividades agrícolas baseadas na sustentabilidade social, econômica e ambiental. Os agricultores familiares que seguem esse modelo assumem o compromisso com os consumidores de ofertar produtos saudáveis. Esse trabalho teve como objetivo caracterizar o tamanho da propriedade, o núcleo familiar, os produtos ofertados, a renda familiar, e a assistência técnica recebida pelos agricultores familiares que utilizam os princípios da agroecologia, bem como determinar a frequência, a preferência por produtos ofertados e opinião relativa à qualidade da feira por parte dos consumidores na Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano, na cidade de Patos (PB), no período de março a dezembro de 2010. A análise dos dados coletados mostrou que os agricultores e agricultoras são organizados numa associação, possuem produção diversificada, há a participação efetiva da mulher, houve aumento da renda familiar da maioria dos participantes e há ausência de assistência técnica. A maioria dos consumidores é assídua e está satisfeita com a oferta e a qualidade dos produtos, porém demonstra insatisfação quanto ao preço e à irregularidade dos produtos ofertados cada semana, bem como quanto ao local e horário de realização da feira.

Palavras chave: Agroecologia. Produção Agrícola. Renda Familiar. Sustentabilidade.

ANALYSIS OF CHARACTERIZATION OF THE MEN AND WOMEN FARMERS AND CONSUMERS OF THE FAMILY FARMING FAIR OF MEDIUM SERTÃO REGION OF PARAÍBA

ABSTRACT

Farming exists since the beginning of civilization and is characterized by the exploitation of natural resources in order to satisfy the needs of man for food and other products. Family farming in Brazil concentrates in the northeast region, and lacks public policy and technical assistance, which are the main factors held responsible for the low level of production of that activity and the poverty of the families dedicated to it. Agroecology is a way to practice farming based on social, economical and environmental sustainability. Those who practice family farming following agroecological principles have the commitment to offer healthy farm products. This study had the objective to characterize land size, family, products, family income and technical assistance received by practitioners of family farming based on agroecological principles, as well as costumer frequency to the Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano (Family Farming Fair of Medium Sertão Region of Paraíba), in Patos (PB), from March to December 2001, product preferences, and opinion regarding the quality of the fair. Data analysis revealed that farmers are organized in an association and produce a variety of products, women participate effectively, income increased for most of the farm families, and no technical assistance is available to them. Most of the costumers attend regularly the fair, and are satisfied with the fair and produce quality, although they show dissatisfaction on prices and irregularity of the items sold each week, as well as on the local and time of the day in which the fair tooks place.

Key words: Agroecology. Agricultural Production. Family Income. Sustainability.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, o homem desenvolve atividades agrícolas baseadas na vegetação arbórea, na plantação de culturas agrícolas e na criação de animais, visando seu sustento e bem estar. A Agricultura Familiar teve início a partir da formação da família, onde seus membros trabalhavam num modelo de subsistência. Por outro lado, desenvolveu-se, também, o modelo de exploração em larga escala, em que a principal característica era a exploração de monoculturas e a pecuária extensiva, exigindo mão de obra extra familiar. Estes dois modelos são encontrados praticamente em todo o mundo e variam de acordo com as características de cada local e grau de desenvolvimento.

No Brasil, as atividades agrícolas tiveram início como modelo de exploração em larga escala baseado na utilização da mão de obra escrava e aborígine, seguida dos imigrantes, principalmente alemães e italianos nas Regiões Sul e Sudeste, os quais influenciaram fortemente o início da Agricultura Familiar no país. Esse modelo passou a ter um importante papel econômico, social, e ecológico, resultante da exploração das terras para a sobrevivência do homem e seus impactos no meio ambiente. São muitos os momentos de transição desde a Revolução Verde marcados pela ausência de tecnologia e assistência técnica, e pela busca da sustentabilidade.

Apesar de deter mais da metade dos agricultores familiares do Brasil, na Região Nordeste, a insustentabilidade agrícola permeia uma grande cota desses agricultores, desconsiderando o crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Isso ocorre, provavelmente, devido às condições climáticas, à ineficiência de políticas públicas, e à agricultura nômade e itinerante, gerando o nível de pobreza em que se encontra a maioria dos agricultores familiares nordestinos. Esse fato se agrava na Região Semiárida, marcada pelo modelo emergencial e assistencialista estigmatizado como a única forma de extinguir a miséria que assola esses agricultores que fazem parte dessa região.

A busca pela sustentabilidade e por modos de exploração racionais, em que a valorização do meio ambiente e da saúde humana sejam as principais metas no sistema produtivo, está cada vez mais presente. Um desses modelos é a Agroecologia, que consiste na exploração dos agrossistemas de forma menos agressiva ao meio ambiente, garante a qualidade de vida dos envolvidos no processo produtivo, e disponibiliza produtos de qualidade ao consumidor.

Geralmente, as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares favorecem o emprego dos princípios da Agroecologia, considerando, dentre outras características, a diversidade de produção, a coletividade, a ausência de práticas que reconhecidamente causam grandes danos ao meio ambiente, como as queimadas, e uso de agrotóxicos e de implementos pesados. Os agricultores seguidores deste modelo estão se fortalecendo pela formação de associações e por meio da oferta direta de seus produtos em feiras agroecológicas. No Estado da Paraíba há várias feiras agroecológicas destacando-se a de João Pessoa, capital do estado, Bananeiras, Campina Grande e Patos, cuja particularidade é a Agricultura Familiar como base para seu desenvolvimento.

A Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano, realizada na cidade de Patos, surgiu da participação dos agricultores e agricultoras familiares desta região, que desenvolviam atividades agrícolas dentro do modelo agroecológico, no Projeto Feira Agroecológica.

Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de caracterizar o tamanho da propriedade, o núcleo familiar, os produtos ofertados, a renda familiar, e a assistência técnica recebida pelos agricultores, bem como determinar a frequência, a preferência por produtos ofertados e opinião relativa à qualidade da feira por parte dos consumidores.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 ASPECTOS GERAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Lamarche (1993), a utilização da Agricultura Familiar está presente em todo o mundo desde os tempos mais remotos. As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam ou puderam se adaptar às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia do mercado. Para o autor, a Agricultura Familiar teve seu início marcado pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira do século XIX com três características principais: a grande propriedade, a exportação de monoculturas e a escravatura. Este período foi marcado por um novo modelo de recolonização, caracterizado pela chegada dos imigrantes, principalmente alemães e italianos nas Regiões Sul e Sudeste e o fim da escravatura, favorecendo o surgimento de muitas propriedades de pequeno porte, com enfoque na diversificação de culturas voltadas à subsistência que, com o passar das gerações, por questões de herança, sofreram subdivisões, intensificando a exploração agrícola.

Segundo Knob (2006), o desenvolvimento da Agricultura Familiar sofreu grandes influências da colonização de italianos e alemães que enfrentaram as primeiras crises provocadas pela falta de área agriculturável para a exploração agrícola. Desde então, o Brasil vive um período de transição marcado pelo surgimento da Revolução Verde que invadiu a pequena propriedade, a busca pela sustentabilidade por meio da Agroecologia, uma nova valorização dos produtos de primeira necessidade que estavam meio esquecidos. O autor enfatiza que o surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores que se mostra combativo, em curto período de atuação, conquista vitórias importantes para a Agricultura Familiar.

O conceito de Agricultura Familiar é tratado por diversos autores em diferentes países, considerando a história de cada nação e suas características socioeconômicas. Nos Estados Unidos, a definição de estabelecimento familiar não está relacionada ao seu tamanho físico, volume de vendas ou o montante de recursos investidos, mas sim, ao grau em que a gestão e o trabalho são desenvolvidos efetivamente pela família ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família. Por outro lado, na unidade patronal, os membros das famílias não exercem atividades diretamente ligadas ao estabelecimento ou, se exercem, o fazem em menor proporção do que a mão-de-obra

contratada (CARNEIRO, 2008). As características da Agricultura Familiar naquele país se distanciam da visão corrente de agricultura atrasada, preocupada com o autosustento e com forte exploração de mão-de-obra. Nota-se, ao contrário, que este modelo se utiliza do avanço tecnológico, aplicando a mecanização nos trabalhos agrícolas.

Estudos no Brasil indicam conceitos similares aos adotados em diversos países. Di Sabatto (1999) faz uma delimitação do universo da Agricultura Familiar em seu relatório para a proposta de metodologia a ser utilizada no Projeto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO/INCRA proposto para iniciar em 2000. Para o referido autor, o universo familiar caracteriza-se pelos estabelecimentos que atendem às seguintes proposições simultaneamente: direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor e o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. Ele delimitou, ainda, a área máxima que deveria ter o estabelecimento para se caracterizar como familiar. Para a região Nordeste, esta área foi estabelecida em 694,5 ha. Apesar dessa delimitação, o autor considera que o conceito de Agricultura Familiar não é definido pelo tamanho do estabelecimento, e sim, pela extensão máxima de área que a família pode explorar com seu próprio trabalho, utilizando aquele parâmetro apenas para o citado projeto.

Para o autor supracitado, o projeto FAO/INCRA proposto para o ano 2000 deveria ter as seguintes características gerais da Agricultura Familiar: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do trabalho produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; decisões imediatas, adequadas ao elevado grau de imprevisibilidade do processo produtivo; trabalho assalariado complementar; tomada de decisões *in loco*, condicionada pelas especificidades do processo produtivo e ênfase no uso de insumos internos.

O projeto FAO/INCRA (2000) estimou os estabelecimentos familiares no Brasil em 6,5 milhões, segmentados em três categorias:

a) Agricultura Familiar Consolidada – constituída de aproximadamente 1,5 milhões de estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso às inovações tecnológicas e políticas públicas, funcionando em sua maioria em padrões empresariais; b) Agricultura Familiar em Transição – constituída por aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos familiares, com acesso apenas parcial às inovações tecnológicas e do mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais e não consolidados como empresas, mas possuem um amplo potencial para sua viabilidade econômica; c) Agricultura Familiar Periférica – constituída por aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos rurais, geralmente inadequados em relação à infraestrutura e inviáveis economicamente, cuja

integração produtiva à vida nacional depende das ações de um eficiente programa de reforma agrária.

O desenvolvimento dos países impõe características distintas para a Agricultura Familiar. No caso do Brasil, ela se apresenta de forma profundamente heterogênea, ora com características de um modelo de funcionamento do tipo camponês, ora com estruturas de produção mais modernas e bem integradas à economia de mercado. O tipo camponês é encontrado, por exemplo, no Nordeste, em uma sub-região denominada de Cariri. Ali, a reprodução familiar das menores unidades é constantemente realizada utilizando-se de artifícios, como a cooperação mútua (como a não divisão do patrimônio familiar) ou a pluriatividade, o que possibilita melhoria nos rendimentos, mesmo estes se situando, muitas vezes, nos limites da subsistência (CARNEIRO, 2006).

Para Carneiro (2008), a Agricultura Familiar apresenta as seguintes categorias:

a) **Família agrícola de caráter empresarial** cuja lógica segue a orientação do mercado, buscando satisfazer seus melhores índices de rentabilidade e produtividade crescentes. Caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos e uma situação patrimonial (e social) favorável à rentabilidade da exploração; b) **Família camponesa** baseada no esforço de manter a reprodução da sua unidade em determinadas condições culturais e sociais, ou seja, conservar a propriedade familiar e a exploração agrícola; todos os membros exercem atividades agropecuárias como ocupação principal. Possui fracas condições de produção, o que a faz buscar novas estratégias para garantir sua reprodução social, tentando preservar seu patrimônio territorial familiar. A família é um valor que se impõe à produção embora seja indissociável da propriedade e da exploração agrícola. c) **Família agrícola “urbana”** a qual não se orienta meramente pelos princípios de mercado, tampouco, se caracteriza como família camponesa, mesmo tendo alguns valores semelhantes (forte vínculo com uma localidade particular). Orienta sua produção para a melhoria da qualidade de vida do grupo, podendo basear-se pela realidade mercantil, na busca de melhores retornos e rendimentos, bem como, buscar novas fontes de renda (recurso à pluriatividade). Famílias pluriativas são aquelas em que pelo menos um membro exerce uma ocupação agrícola e outro uma não agrícola. Caracteriza-se não mais pela organização coletiva (familiar) do trabalho e do consumo, mas pela capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural visando à reprodução biológica e social dos indivíduos.

O conceito de Agricultor Familiar foi estabelecido pelo decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. A classificação adotada na política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), agricultores familiares são “aqueles que exploram e dirigem

estabelecimentos rurais, tendo o trabalho familiar como base da exploração da unidade produtiva, na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários desenvolvendo, nos estabelecimentos, atividades agrícolas ou não-agrícolas". (BRASIL 2001). A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER (2004), inclui também como agricultores familiares as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SAF) e dos Estados.

Para Souza (2002), o agricultor familiar é a continuidade das formas anteriores, sendo um agricultor que tem como herança a tradição camponesa que se adaptou às novas exigências do mercado.

Para fortalecer as discussões acerca das delimitações da Agricultura Familiar e dá o suporte legal à categoria, o Congresso Nacional aprovou no dia 04 de julho de 2006 o projeto de lei nº 11.326/06 que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, sancionada pelo Presidente da República, em 24 de julho de 2006. Em seu artigo 3º considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (BRASIL 2001).

- 1) Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o Território brasileiro);
- 2) Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento;
- 3) Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento,
- 4) Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com o auxílio de pessoas da família.

Por meio desta lei, a Agricultura Familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo, o que proporciona: participação dos agricultores familiares na formulação e implementação das políticas; fortalecimento das relações de trabalho e no segmento com a aplicação de várias políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da previdência social e a adoção do conceito, pelos órgãos governamentais, para aplicar outras medidas em benefício ao segmento.

1.1 Agricultura Familiar no Brasil

A Agricultura Familiar brasileira, de acordo com FAO/INCRA (1996), pode ser definida a partir de três características básicas:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizada são feitas por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente exercida pelos membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Dados estatísticos do IBGE (2004) mostram que essas características se ampliam e a Agricultura Familiar passa a ter grande importância e participação em todas as regiões brasileiras. A região Nordeste se destaca pelo maior percentual (53%), seguida pelas regiões Sul (21%), Sudeste (13%), Norte (10%) e Centro-Oeste (3%).

Dentro desse contexto, a promoção da Agricultura Familiar, como linha estratégica de desenvolvimento rural, segundo FAO/INCRA (1995), pode trazer muitos benefícios para a sociedade brasileira. As experiências históricas dos países mais desenvolvidos mostram que essa modalidade de exploração agrícola trouxe prosperidade na produção de alimentos e fibras naqueles países e permitiu maior flexibilidade na adaptação às mudanças que vêm ocorrendo no mundo.

1.2 Agricultura Familiar na Região Nordeste

De acordo com Freire (1999); Araujo Filho e Carvalho (1996) a agricultura da região Nordeste é nômade, itinerante ou migratória, o que explica o nível de pobreza em que se encontra a maioria absoluta dos agricultores familiares nordestinos. A agricultura por eles praticada não lhes garante uma perspectiva positiva de crescimento econômico, de melhoria das condições de vida, e redução das disparidades sociais, aliado às alterações pluviométricas, a falta de terra, de conhecimento sobre manejo sustentável de recursos naturais e de adoção tecnológicas apropriadas. Assim, os agricultores tornam-se depredadores de seus recursos naturais, uma vez em que são obrigados a utilizá-los até a exaustão, por não disporem de outras alternativas de sobrevivência.

Para Freire (1999), no Brasil, mais de 88% de agricultores familiares encontram-se na região Nordeste, correspondendo mais da metade do país. A insustentabilidade agrícola

permeia uma grande cota desses agricultores, ou seja, não contempla as três dimensões básicas: crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

A Agricultura Familiar representa importante segmento da economia brasileira. Entretanto vem sentindo, de maneira mais aguda, o impacto do baixo valor de mercado dos produtos agrícolas, como também a existência de fatores adversos à sua viabilização econômica, como a instabilidade climática, o uso de tecnologias inapropriadas, as dificuldades de acesso ao crédito, à falta de assistência técnica adequada, bem como a precariedade dos sistemas de armazenagem, beneficiamento, transporte e comercialização dos produtos agrícolas (GONÇALVES, 2002).

Segundo o IPEA (2009), em seu Relatório Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas são quase 2 milhões de estabelecimentos familiares no país. Destes, cerca de 1,5 milhões são enquadrados no Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), segundo Plano Safra 2008/2009 estão enquadrados no grupo do PRONAF os familiares com renda anual até R\$ 4.000, representando 73,6% do total deste grupo, em nível nacional. Assim, a região Nordeste compõe a base da pirâmide da Agricultura Familiar brasileira.

Em relação ao grau de integração dos agricultores familiares ao mercado, estudos realizados por Guanziroli e Cardim (2000) constataram que aproximadamente 19,3% dos agricultores familiares são muito integrados ao mercado, comercializando mais de 90% do seu valor bruto da produção (VBP). Os agricultores integrados ao mercado, os quais comercializam entre 50% e 90% do seu VBP são representados por mais 34,4% dos estabelecimentos. O maior grupo, formado por 44,1% dos estabelecimentos, comercializa menos de 50% do valor de sua produção, sendo classificados como pouco integrados ao mercado.

De acordo com o MDA/SDT/COOPAGEL (2006), a Agricultura Familiar no Nordeste contribuiu com mais de três bilhões de reais, ou seja, com 43% do VBP da agricultura do nordeste e emprega 49% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira e 83% das pessoas ocupadas na agricultura nordestina.

1.3 Agricultura Familiar na Região Semiárida do Nordeste

Alves (2007) caracteriza o semiárido brasileiro pela singularidade de ser a única região semiárida tropical do planeta, pela diversidade ecológica decorrente de seus diversos ambientes naturais, pela complexidade social originária do processo de colonização e pelo

desafio do desenvolvimento, devido à persistente situação de miséria e pobreza da maioria da população, especialmente àquela que vive nos espaços rurais. No processo de colonização do semiárido nordestino a base econômica da região por alguns séculos foi à pecuária. As grandes fazendas eram o modelo de ocupação do território, formada pelo “coronel” e seus familiares mais próximos, contando com as famílias trabalhadoras vivendo agregadas ao núcleo familiar, proprietário das terras. A fazenda era uma unidade econômica e social marcada por complexas relações de dominação.

Além disso, a criação tanto de bovinos como de caprinos e ovinos estava voltada para a alimentação da população local e para o aproveitamento do couro atendendo as necessidades da fazenda. As famílias trabalhadoras desenvolviam uma agricultura pouco diversificada composta de cultivos alimentares e de uso doméstico e a criação de porcos e aves, também voltada para o consumo da população local. A hegemonia da pecuária sobre a agricultura se expressava na lei “cerca quem planta”, geradora do sistema de roçados cercados para o cultivo agrícola e da criação solta, ferrada a fogo, com a marca identificadora do proprietário (ARAÚJO FILHO e CARVALHO, 1996).

A esse sistema sucedeu-se a expansão da agricultura no semiárido cujo cultivo em larga escala do algodão-mocó se integrou à criação formando o binômio gado/algodão. Incluía ainda culturas alimentares e a exploração de culturas de expressão regional como a mamona, o sisal e o extrativismo da carnaúba, da oiticica e do caju. A florescente agroindústria algodoeira e dos demais produtos cultivados ou extraídos, mesmo passando por momentos críticos, foi à base econômica do semiárido desde a década de 1930, até meados de 1980. A partir daí, o sistema praticamente entrou em colapso, devido a um conjunto de problemas sociais, ambientais, tecnológicos e comerciais, que não foram solucionados pelo setor produtivo e pelas instituições públicas atuantes no semiárido (BARBOSA, 2003).

Alves (2007) enfatiza que a agricultura na região semiárida, esteve sempre subordinada a muitos interesses mercantis; primeiro na concessão das sesmarias para a exploração canavieira, depois o algodão, perpassando pelo período monopolista da terra. A situação de pobreza extrema que perdura há décadas no semiárido do nordeste brasileiro justifica a alocação de um conjunto de recursos ao longo dos anos, tanto por parte do governo quanto de agências multilaterais, fundações, entidades filantrópicas e organizações não governamentais. Os resultados, no entanto, estão muito aquém das expectativas e das necessidades das populações que vivem nesta região. Historicamente, sabe-se que a maioria das políticas públicas de combate à pobreza e à fome na região são exclusivamente emergenciais e assistencialistas.

O semiárido brasileiro tem passado por significativas transformações sociais, econômicas e ambientais, particularmente nas duas últimas décadas. Em particular, no relacionamento do homem com a natureza orientado pelo duplo objetivo de utilizar racionalmente os recursos naturais e de assegurar sua conservação e renovação, constituindo assim, no ideal para o futuro do semiárido. No entanto, ainda há muito o que fazer pela região, especialmente no que se refere à integração do sistema de ciência, tecnologia e inovação (LUCENA e MOREIRA, 2009).

A modernização tecnológica da agricultura no semiárido expressou-se de maneira localizada, por meio dos projetos de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), não se verificando disseminação generalizada nem a constituição dos complexos agroindustriais. Isso, entretanto, não significa a inexistência de profundas transformações no espaço rural do semiárido, haja vista, as modificações ocorridas nas relações sociais de produção, em especial, na parceria entre os grandes proprietários fundiários e as famílias de agricultores que moravam e trabalhavam nas grandes fazendas. (DUQUE, 2004).

1.4 Agricultura Familiar na Paraíba

Estudos de Gonzaga (2006) enfatizam que a agricultura desenvolvida no Estado da Paraíba é do tipo tradicional, com tecnologia rudimentar. É uma atividade tratada apenas como um modo familiar de exploração para sobrevivência, ou técnica de produção que vem de pai para filho que vive na terra desde as primeiras invasões, nas famosas sesmarias do tempo do império, medido pela utilização da terra em culturas permanentes e temporárias. Dessa forma, a agricultura torna-se, uma das atividades econômicas para o Estado, com uma produtividade muito baixa em relação à produção alimentícia para consumo interno como milho, feijão e a mandioca entre outras.

Com base nos dados do IBGE, (2006) o Estado da Paraíba possuía uma área agrícola produtiva de 3 750 206 ha, distribuídos com lavouras (704 690 ha), pastagens (1 997 909 ha) e matas e florestas (1 167 936 ha). No uso da terra para lavouras tem-se que 10,71% (94.817 ha) são destinados às permanentes, 61,65% (546.056 ha) são destinados para as temporárias e 27,64% (244.838 ha.) são destinados para as temporárias em descanso.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

A constatação de que a agricultura e o meio ambiente encontram-se intimamente ligados, coloca em evidência o conceito da sustentabilidade e a forma de como produzir alimentos e matérias primas necessárias à sobrevivência e ao bem estar das populações, assegurando os meios de subsistência daqueles que vivem da atividade, sem promover a degradação dos recursos utilizados na produção.

A degradação das terras é freqüentemente induzida por variações climáticas e atividades humanas, causando a redução ou perda das produções biológicas e econômicas originais das terras. Os principais constituintes para a degradação ambiental são as práticas agrícolas inadequadas, a utilização de cerca de 70% da totalidade de água doce disponível no mundo para agricultura, o super-pastejo dos animais, os padrões de povoamento, desmatamento e a super-exploração dos recursos florestais para fins energéticos. Com a escassez dos recursos naturais, a grande preocupação das pesquisas está voltada para o uso sustentável das terras e de seus recursos e a possibilidade de gerenciar o planeta de forma sustentável (OLIVEIRA e CORONA, 2008).

Por outro lado, a obtenção de um modelo de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis, deve ser a partir de forte determinação política e apoio público efetivo, que serão fundamentais para, no curto prazo, lutar contra a fome nas diversas regiões do mundo onde não existem capital e recursos humanos disponíveis. Surge então, a possibilidade de se obter um novo paradigma agrícola fazendo com que as informações sobre os recursos naturais locais sejam operacionalizadas para um uso sustentável com a ajuda de informações e programas aplicáveis a cada situação. O manejo sustentável das terras tornar-se-á muito mais uma forma de cultivar baseada no conhecimento do que um mero insumo.

A partir da ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro, definições de sustentabilidade das terras têm sido revistas sob a ótica da multidisciplinaridade, reconhecendo-se sua inerente complexidade. A proposta da Agenda 21 para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil orienta-se pelas seguintes diretrizes: fortalecimento de mecanismos e instâncias de articulação entre governo e sociedade civil; fortalecimento da Agricultura Familiar frente aos desafios da sustentabilidade agrícola; incentivo ao planejamento ambiental e ao manejo sustentável dos sistemas produtivos; incentivo à geração e à difusão de informações e de conhecimentos que garantam a sustentabilidade da agricultura (BRASIL, 2001). Estas diretrizes e as ações que contribuíram para que sejam implementadas, foram sistematizadas a partir de recomendações sugeridas durante o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira, bem como de documentos redigidos por organizações não-

governamentais e de relatórios feitos pelo Grupo de Trabalho em Agricultura Sustentável na IV Reunião Conjunta do Fórum Nacional de Agricultura.

No parágrafo 10.5 da Agenda 21, o planejamento do uso da terra ficou definido como um processo executivo que facilita alocação dos usos da terra que forneçam o maior benefício. Neste documento estão descritas as questões mais importantes a serem solucionadas, com enfoque integrado para o desenvolvimento dos recursos da terra. O objetivo global é facilitar a alocação de terra aos usos que proporcionem os maiores benefícios sustentáveis e promovam a transição para um gerenciamento sustentável e integrado dos recursos terrestres. Ao fazê-lo, as questões ambientais, sociais e econômicas devem ser consideradas. As áreas protegidas, o direito à propriedades privadas, os direitos das populações indígenas e de suas comunidades e os direitos de outras comunidades locais, bem como o papel econômico da mulher na agricultura e no desenvolvimento rural, devem ser levados em conta (BRASIL, 2001).

Segundo Schettino e Braga (2000), um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade atual é a garantia de alimentos a milhões de famílias pobres, para que possam ter uma vida saudável. De acordo com os autores, para reduzir a pobreza e a fome, é preciso promover o desenvolvimento rural em geral e a Agricultura Familiar em particular, pois, por meio desta, é possível aumentar a produção de alimentos e contribuir substancialmente para a gestão dos recursos naturais e do meio ambiente como um todo. Dentro dessa visão de desenvolver a produção via mecanismos sustentáveis por meio de fortalecimento e da consolidação da Agricultura Familiar, a FAO/INCRA (2000) coloca que, ao contrário do que muitos pensam, o desenvolvimento das atividades pelos pequenos agricultores tem uma grande potência de realização por permitir um aproveitamento racional dos recursos naturais e do uso de tecnologias simples e conhecidas. No entanto, há indícios de que não são realizados estudos e pesquisas para conhecer melhor a viabilidade econômico-social-ambiental das atividades de produção familiar e tornar as ações cada vez mais equilibradas e sustentáveis.

Para Duque (2004), o fortalecimento da Agricultura Familiar sustentável sugere a necessidade de que sejam ultrapassados os velhos conceitos de agricultura de baixa renda, pequena produção e agricultura de subsistência, os quais não têm ajudado a resolver o processo de integração dos agricultores ao mercado competitivo. Portanto, a Agricultura Familiar sustentável é aquela que é produtiva, mantendo ou melhorando a produção, dentro dos seguintes preceitos:

- 1) É estável, reduzindo os seus possíveis riscos: ambientalmente sadia, protege e recupera os recursos naturais, prevenindo a degradação dos solos, preservando a biodiversidade e mantendo a qualidade do ar e da água;
- 2) É viável economicamente: igualitária, assegura igual acesso ao solo, água,

outros recursos e produtos para todos os grupos sociais;

- 3) É autônoma: garante a subsistência e autonomia de todos os grupos envolvidos na produção; participativa, construída coletivamente por processo democrático;
- 4) É humana: satisfaz as necessidades básicas dos envolvidos e liberdade para as gerações atuais e futuras;
- 5) Preserva a cultura local: das comunidades que criaram e mantiveram seus recursos genéticos.

Salientando a necessidade de sustentabilidade ecológica de longo prazo, Altieri (2000) destaca que os sistemas de produção devem:

- a) Otimizar o uso de energia e recursos e regular a entrada total de energia de modo que a relação entre saídas e entradas seja equilibrada;
- b) Reduzir as perdas de nutrientes detendo a lixiviação, o escoamento e a erosão, e melhorando a reciclagem de nutrientes com o uso de leguminosas, adubação orgânica e compostos, e outros mecanismos eficientes de reciclagem;
- c) Incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico;
- d) Sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo;
- e) Reduzir custos aumentando a eficiência e a viabilidade econômica das pequenas e médias unidades de produção agrícola, promovendo, assim, um sistema agrícola potencialmente resiliente.

Na formação da agricultura sustentável a busca por maior eficiência dos sistemas de produção agrícola deve ser compatível e coerente com cada realidade do ecossistema. Faz-se necessária a utilização mais eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados. A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas (MELO, 2007).

De acordo com Santos (2009) a Agricultura Familiar passa a ter um enfoque na sustentabilidade econômica, tecnológica e ambiental, na medida em que:

- a) a combinação do trabalho familiar e profissional consiga equilibrar os fatores sociais, econômicos e ambientais;
- b) não se oriente unicamente conforme a geração de lucros, mas leve em consideração a conservação da natureza como forma de manutenção da própria família;

c) favoreça um melhor manejo, tanto por conta da pouca extensão das propriedades, quanto pela forma de organização do trabalho;

d) avalie melhor as potencialidades dos ecossistemas locais quando da realização das suas estratégias de reprodução econômica, que os mesmos vêm enfrentando os antigos e novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Aragão (2006) expõe que para haver sustentabilidade faz-se necessário o enquadramento das dimensões a) **social** em que o autor expõe a necessidade de haver mudanças nos paradigmas existentes para que se formem sociedades eqüitativas na geração de oportunidades e na distribuição de renda e de bens, na busca de qualidade de vida; b) **econômica** que deve ser buscada pela alocação e gerenciamento eficientes dos recursos e de um fluxo contínuo de investimentos públicos e privados; c) **ecológica** por meio de alternativas como forma de promover uma ecologia sustentada, entre elas à necessidade de aumentar a capacidade de recursos do planeta, através da criatividade e uso de tecnologias adequadas para minimizar os danos ao meio ambiente e usá-los de forma consciente; d) **espacial** visando promover iniciativas para reduzir a concentração nas grandes cidades, frear a destruição de ecossistemas frágeis, promover o manejo sustentável para a agricultura e exploração de florestas pelo incentivo à industrialização descentralizada com a nova geração de tecnologias limpas e pela preservação da biodiversidade; e) **cultural** pelo desenvolvimento com base nas raízes endógenas nos processos de modernização e dos sistemas de produção integrado, baseado em processos que busquem mudanças sem colisão com a continuidade cultural e que se identifiquem com o conceito de codesenvolvimento da busca de respostas específicas para regiões, ecossistemas e culturas.

2.1 Agricultura Familiar Frente à Agroecologia: desafios na Região Semiárida

A atual situação da agricultura moderna tem demonstrado uma crescente insatisfação, a qual tem gerado o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. A Agroecologia surge devido a emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde e ainda garanta a sustentabilidade econômica dos produtores.

O conceito de Agroecologia e agricultura sustentável consolidou-se na Eco 92, quando foram lançadas as bases para um desenvolvimento sustentável no planeta. Atualmente, o

termo é entendido como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura. Este conceito sistematiza todos os esforços em produzir uma proposta de agricultura abrangente, que seja socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Um modelo que seja o embrião de uma nova maneira de relacionamento com a natureza, em que se protege a vida toda e toda a vida. Nesta visão se estabelece uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis (SILVA, et al., 2010).

Na Agroecologia, a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza, rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, microorganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra. Engloba modernas ramificações e especializações, como: agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, agricultura natural, agricultura orgânica, os sistemas agroflorestais, permacultura, etc. (SILVA, et al., 2010).

Para Santos (2007), a Agroecologia tem como proposta a viabilização de um desenvolvimento participativo, tanto no que se refere à produção, como à circulação. Para tal, busca meios para o estabelecimento de uma circulação alternativa para os produtos agrícolas, de forma a contribuir para o enfrentamento da atual crise, tanto ecológica, quanto social. A concepção de desenvolvimento participativo que as envolve se inicia no processo produtivo através do manejo dos recursos naturais sob um pressuposto ecológico e se estende até o processo de comercialização/circulação da produção, através da organização coletiva e integrada onde os camponeses interagem de forma direta com outros atores sociais, entre estes, os técnicos agrícolas, extensionistas ligados às ONG's ou Universidades, consumidores e trabalhadores urbanos.

Segundo Barcellos e Mantelli (2009), a Agroecologia é uma nova abordagem da agricultura que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Para se implantar uma prática ecológica, seja qual for, é preciso uma reorganização da propriedade, em vista da forma como ela vem sendo usada pela agricultura convencional. Essa mudança envolve desde o planejamento do plantio até a colheita, que perpassa o manejo, de forma equilibrada, dos recursos naturais, mantendo a harmonia entre elementos que compõem o agroecossistema com o ser humano.

Há um consenso geral de que o redirecionamento das políticas agrícolas para um modelo sustentável, prevendo a recuperação e a preservação dos recursos naturais, a qualidade de vida da população e, a equidade social, é uma medida necessária e urgente. Mas não basta que a agricultura se realize sobre bases ecológicas, ela precisa ser sustentável também do ponto de vista socioeconômico, buscando não apenas o máximo resultado em produção, mas a estabilidade para as futuras gerações. Uma produção estável só pode se tornar realidade dentro do contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e, que assegure a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o meio ambiente.

Segundo Caporal e Costabeber (2004), existem dimensões de sustentabilidade que alicerçam a construção do desenvolvimento rural sustentável a partir da aplicação dos princípios da Agroecologia. Essas dimensões são: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível). Como enfoque científico e estratégico de caráter multidisciplinar, a Agroecologia apresenta a potencialidade para novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentáveis que garantam a máxima preservação ambiental, respeitando princípios éticos de solidariedade sincrônica e diacrônica.

2.2 Feira Agroecológica do Território do Médio Sertão Paraibano

2.2.1 Características Gerais do Território do Médio Sertão Paraibano

O Território do Médio Sertão da Paraíba é um dos quatro territórios criado em 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) com o apoio técnico e metodológico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Paraíba, objetivando promover o desenvolvimento social e econômico no meio rural. Com uma área 6.037,70 km² o Território do Médio Sertão da Paraíba, corresponde a 10,72% do território paraibano, é composto por 24 (vinte e quatro) municípios inseridos em duas Mesorregiões Geográficas (Sertão Paraibano e Borborema) (MDA/SDT/ARRIBAÇÃ, 2008).

A Mesorregião Geográfica do Sertão Paraibano, segundo o IBGE (2000), possui uma área de 22.600,7 km², equivalente a 40,01% do território estadual, com uma densidade demográfica de 36,22 hab/km². Os principais centros urbanos são: Patos, Sousa, Cajazeiras e Catolé do Rocha. Nessa mesorregião, encontram-se as seguintes características naturais: clima

quente-seco com pluviosidade média anual entre 800 e 1.200 mm, vegetação de caatinga hipoxerófita¹ dominante (SOUSA e TARGINO, 2009).

Dentre as microrregiões que estão inseridas nessa mesorregião quatro possuem municípios que fazem parte do Território do Médio Sertão da Paraíba, são eles: Microrregião Geográfica de Patos: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Mãe D'Água, Passagem, Patos, Quixaba, Santa Teresinha, São José de Espinharas e São José do Bonfim; Microrregião do Piancó: Catingueira; Microrregião de Sousa: Condado, Malta e Vista Serrana; Microrregião Serra do Teixeira: Cacimbas, Desterro, Imaculada, Maturéia e Teixeira (MDA, 2006).

A Mesorregião da Borborema compreende uma área de 15.489,3 km², ocupando 27,5% do território paraibano. Possui uma população de 276.939 habitantes e uma densidade demográfica de 17,88 hab/km². Os principais centros urbanos são: Monteiro, Picuí e Juazeirinho. O clima é tropical quente-seco com as mais baixas taxas de pluviosidade do Estado, variando entre 400 e 700 mm médios anuais. A vegetação dominante é a caatinga hiperxerófita. É a região com maior vulnerabilidade e de maior restrição à atividade agrícola do Estado (SOUSA e TARGINO, 2010). Os municípios da Microrregião Geográfica do Seridó Ocidental Paraibano são: Junco do Seridó, Salgadinho, Santa Luzia, São José do Sabugí, São Mamede e Várzea (MDA, 2006).

Segundo o MDA/SDT/ARRIBAÇÃ (2008), em seu relatório do Plano de Safra Territorial 2006/2010, o Território do Médio Sertão Paraibano possui em torno de oito mil estabelecimentos da Agricultura Familiar, onde vivem cerca de 10 mil famílias, estimando-se uma população aproximada de 60 mil agricultores e agricultoras familiares.

Em geral, a produção dessas unidades familiares é comercializada no mercado local, utilizando a figura do atravessador para disponibilizar os produtos nas feiras livres, uma vez que prevalecem problemas quanto a oferta da produção em função do período chuvoso, transporte e organização para consolidar espaços coletivos da Agricultura Familiar nas feiras livres. Nos fluxos dos sistemas de produção dessas atividades econômicas nas unidades de produção familiar prevalecem as “entradas”, principalmente de rações para alimentação animal nos períodos de estiagem; de grãos nas épocas de plantio; de agrotóxicos para o combate de insetos e doenças; e de produtos para alimentação humana como farinha, açúcar e café. O grau de dependência externa na unidade familiar evoluiu ao ponto em que produtos como o feijão, o arroz e o milho, tradicionalmente cultivados, não mais são armazenados e são comprados no comércio local (MDA, 2008).

¹ caatinga hipoxerófita: vegetação de clima semi-árido apresentando arbustos e árvores de espinhos.

2.2.2 Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

A Feira Agroecológica do Território do Médio Sertão Paraibano foi criada objetivando comercializar produtos naturais, livres de agrotóxicos, dentro dos princípios da Agroecologia. Devido a participação dos agricultores familiares em grande escala daquela região e do tamanho das propriedades envolvidas que tradicionalmente já produziam dentro desse modelo, a feira passou a ser chamada de Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano.

As Feiras Agroecológicas surgiram devido às dificuldades em comercializar a produção agrícola dentro do modelo de comercialização tradicional. Tendo em vista que os produtos agroecológicos se diferenciam dos demais, necessitando, portanto, de um espaço adequado que valorize a qualidade do produto final ofertado, bem como, eliminar a figura do atravessador. Nelas são ofertados alimentos produzidos sem agrotóxico, através de uma relação direta entre os que os produziram e os que os consomem, favorecendo o intercâmbio social, entre o meio urbano e o rural, com estreitamento de relações de convivência, de amizade e de troca de informações (SANTOS, 2007).

O autor enfatiza que os agricultores familiares tem oportunidade de conquistar a autonomia, na medida em que: a) eliminam a figura do atravessador, possibilitando o escoamento direto dos alimentos do campo para as cidades, dando aos camponeses a oportunidade de ofertarem os seus produtos diretamente aos consumidores, obtendo maior rendimento financeiro sobre os produtos comercializados; b) trazem melhorias na alimentação dos camponeses produtores e dos consumidores, pois nestas feiras são ofertados alimentos orgânicos, que não foram, portanto, produzidos a partir do uso de agrotóxicos/insumos químicos; c) envolvem uma concepção de agricultura diferente daquela do tipo capitalista, tendo neste caso, como fundamentos o respeito à natureza e aos homens e mulheres que produzem e consomem os alimentos produzidos; entre vários outros motivos.

Na Mesorregião do Território do Médio Sertão Paraibano, o Projeto Feira Agroecológica Territorial, tem como executora a Prefeitura Municipal de Patos, escolhida em 2005 pelo colegiado territorial, por possuir um comércio diversificado, tanto no setor primário como terciário, e porque os produtos da agricultura são vendidos em feiras livres e também no Centro de Comercialização/Distribuição de Produtos Agrícolas (AGROCENTRO) (SILVA, 2007).

O Projeto Feira Agroecológica Territorial, após a assinatura do contrato pela Prefeitura Municipal de Patos com a Caixa Econômica Federal/Gerência do Desenvolvimento Urbano e

Engenharia em João Pessoa - CEF/GIDUR/JP, o processo ficou parado durante 14 meses (30/11/05 a 26/01/07) e retomou em 2007. Segundo informações do Secretário de Agricultura, a dificuldade de implantar o projeto foi à falta de agricultores que realmente produzissem de forma agroecológica. Em 2008, o Projeto Feira Agroecológica do Território do Médio Sertão foi retomado, quando a Base de Serviços e Apoio a Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar – BSC priorizou as atividades de construção da Feira Agroecológica, se empenhando na mobilização das lideranças e dos produtores, na articulação das instituições parceiras e na realização de reuniões e oficinas.

Conforme o relatório quadrimestral do ano de 2009 das ações da base de serviço e apoio à comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no Território do Médio Sertão Paraibano uma série de eventos desenvolvidos, nos meses de setembro a dezembro de 2008, culminou com inauguração do Projeto Feira Agroecológica Territorial no município de Patos, dentre eles destacam-se:

- 1) Mobilização de entidades e produtores para a Oficina de construção da Feira Territorial da Agricultura Familiar - realizada nos dias 01 e 02 de setembro 2008, nos municípios de São Mamede e Patos;
- 2) Realização de Oficina de Construção da Feira Territorial da Agricultura Familiar – realizada no Centro de Treinamento Diocesano Patos/PB, no dia 3 de setembro de 2008, onde ficou definido que a feira seria realizada na quinta-feira com periodicidade semanal, iniciando às cinco horas da manhã e término a uma da tarde. A data de inauguração da feira seria no dia 23 de outubro, véspera de aniversário da cidade de Patos;
- 3) Intercambio com a Feira Agroecológica de Campina Grande – realizado em 10 de setembro de 2008, ocasião em que foi possível ao grupo verificar a forma como são expostos os produtos e quais seriam os comercializados, o sentimento dos feirantes, a organização, o público que frequenta a feira, etc.;
- 4) Cadastramento dos feirantes para a feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão em 11 de setembro de 2008 nos municípios de Patos, Quixaba, Cacimba de Areia, Maturéia e Teixeira;
- 5) Visitas às unidades produtivas de feirantes participantes do grupo nos dias 23 e 24 de setembro de 2008, localizadas nos municípios de Patos (PA Campo Comprido e PA Patativa do Assaré), Quixaba (Sítio Quixaba Velha), Cacimba de Areia (Sítio Alto Vermelho), Maturéia (PA 1º de Maio), Teixeira (Sítio Poços de Cima), objetivando

averiguar a existência de produtos, citados no cadastro, além de verificar a forma de produção dos (as) agricultores (as);

6) Realização de Oficina de organização dos feirantes para a inauguração da feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano – realizada nos dias 13 e 14 de outubro, no Sindicato Rural – Patos, oportunidade em que foi trabalhado e homologado o Regimento Interno, realizado o levantamento quantitativo de produtos a serem expostos na feira e a divisão de produtos, onde cada feirante ficou responsável por trazer a feira;

7) Cotação de preços – realizada no dia 18 de outubro, na feira livre e empreendimentos de Patos - foram levantados preços de alguns produtos existentes em propriedades do território e em territórios acompanhados por demais bases do estado, que fortalecem os Sistemas Estaduais de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária - SECAFES/PB.

No dia 23 de outubro de 2008, a Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Territorial foi inaugurada na cidade de Patos, Praça Cícero Supino. Na abertura da feira fizeram-se presentes autoridades referentes à construção da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão (MDA/SDT/ARRIBAÇÃ, 2008).

Ainda, conforme o relatório a feira foi inaugurada com 17 barracas e 30 feirantes, agricultores e agricultoras familiares vindos de assentamentos de Reforma Agrária: 1º de maio, Patativa do Assaré e Campo Comprido; Assentamento do Plano Nacional de Crédito Fundiário: Liberdade; Comunidade Quilombola e comunidades tradicionais. Juntos, eles representavam os municípios de Maturéia, Teixeira, São José do Bonfim, Patos, Cacimba de Areia, Quixaba, Santa Luzia e São Mamede.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da Área de Estudo

O estudo foi desenvolvido no período de março à dezembro de 2010 na Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano, realizada na cidade de Patos, na Praça Frei Damião localizada na rua Pedro Firmino, semanalmente, às quintas-feiras das cinco à aproximadamente dez horas da manhã.

A feira possui uma estrutura física padrão com barracas metálicas desmontáveis padronizadas, caixas plásticas, sacolas e baldes para lixo; os participantes usam uniformes e bonés (Figura 1). Essa estrutura foi adquirida com recurso do projeto do Território do Médio Sertão e atualmente é mantida com recursos do fundo de reserva dos associados da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Comercializados de Produtos Orgânicos do Território do Médio Sertão.



Figura 1: Estrutura física da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano: barracas (a), identificação da feira (b), agricultora com uniforme (c) disposição geral das barracas (d) (Fotos da autora)

A Prefeitura Municipal de Patos apóia a Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano dando isenção de impostos, vigilância e disponibilizando um imóvel, onde funciona a sede da associação, localizado onde é realizada a feira. O imóvel possui infraestrutura como energia, água, banheiros, sala de reuniões, espaço físico para guardar as barracas e parte da produção comercializada na feira.

Participam da feira agricultores e agricultoras de oito municípios pertencentes ao Território do Médio Sertão Paraibano: Cacimba de Areia, Patos, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Espinharas, São José do Bonfim, Maturéia e Teixeira (Figura 2). Todos os participantes fazem parte da “Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Comercializados de Produtos Orgânicos do Território do Médio Sertão”, cujo registro ocorreu em 25 de março de 2010 (ANEXO).



Figura 2: Mapa Territorial do Estado da Paraíba Fonte: <http://ccaufpb.wordpress.com>

3.2 Metodologia Aplicada

Para a realização deste trabalho procurou-se delimitar o universo de agricultores e agricultoras a ser estudado de acordo com o objetivo proposto. Fizeram parte do universo da pesquisa os participantes da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão, associados à Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Comercializados de Produtos Orgânicos do Território do Médio Sertão.

Para tanto, foram realizadas semanalmente as seguintes atividades:

- 1) Visitas à Feira da Agricultura Familiar (quintas-feiras) para verificar a diversidade e a quantidade dos produtos ofertados, participar das reuniões após o término da feira nas quais eram discutidos os pontos positivos e negativos, observar o perfil dos consumidores da feira e aplicar os questionários (agricultores, agricultoras e consumidores);
 - 2) Participação nas assembléias (última segunda feira de cada mês) cujos objetivos eram elaborar o calendário de atividades do próximo mês (visitas de intercâmbio nas diferentes propriedades dos agricultores e agricultoras, prestação de contas);
 - 3) Visitas às propriedades objetivando verificar *in loco* a produção;
- Visualiza-se na Figura 3 as atividades desenvolvidas semanalmente na feira.



Figura 3: Atividades realizadas semanalmente na Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano: barracas com produtos variados (a, b, c, d); reunião dos associados após a feira (e); visitas de intercâmbio (f). (Fotos da autora)

3.2.1 Elaboração dos Questionários

Os questionários foram elaborados visando obter informações dos públicos de interesse da pesquisa: os agricultores e agricultoras e os consumidores da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão (APÊNDICE 1 e 2). Em ambos os questionários utilizou-se perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao informante falar sobre o tema proposto. O período de aplicação foi de março à dezembro de 2010.

3.2.1.1 Questionário Aplicado aos Agricultores e Agricultoras

As questões foram relativas à caracterização sócio-econômica dos agricultores e agricultoras que participam da feira, bem como informações atuais sobre a produção, comercialização, orientações técnicas, trabalho desenvolvido com cada família e questões relacionadas às atividades agroecológicas.

3.2.1.2 Questionário Aplicado aos Consumidores:

Foi elaborado de modo a obter informações quanto as razões que o (a) levaram a procurar a feira agroecológica, identificar os produtos de preferência, observar a frequência com que procuram a feira, e identificar os pontos negativos e positivos.

3.2.1.3 Tabulação dos Dados:

Depois de aplicados, os questionários foram digitalizados em programa Microsoft Office Excel, e posterior análise dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Universo da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

A Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano atualmente é composta por 21 agricultores e agricultoras de 08 municípios do Território, distribuídos em 18 propriedades, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Municípios, propriedades e número de famílias e forma de acesso à terra que fazem parte da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

MUNICÍPIO	NOME DA PROPRIEDADE RURAL	Nº. DE FAMÍLIAS	FORMA DE ACESSO A TERRA
Cacimba de Areia	Cacimba de Boi	1	Posseiro ²
	Alto Vermelho	2	Proprietários
	Barragem da Farrinha	1	Posseiro
	Liberdade	1	Meeiro
Patos	Mucambo de Baixo	1	Proprietário ³
	Trincheira	1	Proprietário
	Projeto de Assentamento	1	Assentado ⁴
	Patativa do Assaré		
	São Francisco	1	Meeiro
Quixaba	Aroeira	1	Proprietário
Santa Terezinha	São Mateus	1	Proprietário
	Urtiga	1	Proprietário
São José de Espinharas	Pau a Pique	1	Proprietário
São José do Bonfim	Carnaúba dos Pires	2	Proprietário/Meeiro
	Projeto de Assentamento 1º de	1	Meeiro
	Maio		
Maturéia	Riacho das Moças	1	Assentado
	Poços	1	Proprietário
Teixeira	Poços de Cima	1	Meeiro ⁵
	Fava de Cheiro	2	Proprietário/Meeiro

Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Das 18 propriedades onde os agricultores e agricultoras da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano desenvolvem as atividades que geram os produtos de origem animal e vegetal que são comercializados; 04 estão localizados no município de Patos, 04 em Cacimba de Areia, 03 em Teixeira, 02 em Maturéia e em Santa

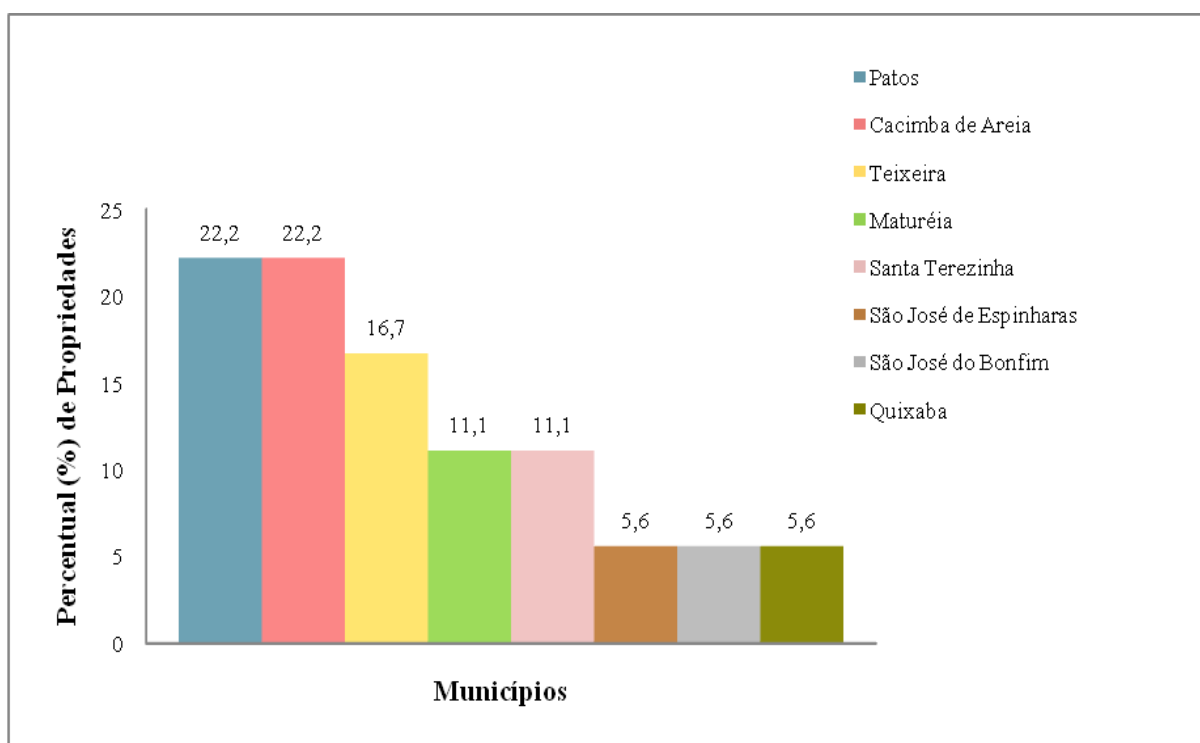
² Posseiro: detenção de um lote ou de uma área de terra.

³ Proprietário: Indivíduo que possui titularidade do imóvel.

⁴ Assentado: Indivíduo membro de projetos de assentamento da reforma agrária.

⁵ Meeiro: Indivíduo que cultiva o terreno alheio e divide igualmente, com o dono deste, os frutos produzidos.

Terezinha, enquanto que nos municípios de São José de Espinharas, São José do Bonfim e Quixaba tem apenas uma propriedade (Figura 4).



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Figura 4: Percentual de propriedades por município que participam da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

Na Paraíba, as feiras agroecológicas vêm ocorrendo em outros municípios como Lagoa Seca, Campina Grande, Massaranduba, Aparecida, Cajazeiras. Observa-se nessas experiências uma organização comum desenvolvida por pequenos agricultores familiares e trabalhadores assentados da Reforma Agrária, que produzem e vendem produtos agrícolas diretamente ao consumidor, baseada na Agroecologia. Desenvolve-se um processo educativo de convivência e respeito à biodiversidade, ao ambiente e às pessoas (SILVA, 2007).

Das 21 famílias participantes da Feira da Agricultura Familiar do Médio Sertão Paraibano constata-se que 52,4% são proprietários, 28,6% são meeiros e 19,0% são posseiros e assentados.

A maioria dos agricultores familiares tem acesso precário à terra, detém área não superior a 10 hectares; constitui-se em minifúndios predominantemente de não proprietários, grande parte são posseiros, meeiros e arrendatários (IPEIA, 2009).

Observa-se na Tabela 2 que o número de propriedades com menos de 10 ha é significativo, o correspondente a 13, e a área total que eles ocupam é 68,0 ha, a qual é menor que os 5 imóveis com área maior do 20,0 ha, que totalizam 267,0 ha.

Tabela 2: Número e tamanho de propriedades dos agricultores e agricultoras

Estratos de Área	Nº. de Propriedade	Área Total dos Imóveis (ha)
Menos de 5 ha	5	18,0
6 a 10 ha	8	50,0
20 a 30 ha	2	46,0
Mais de 31 ha	3	221,0
TOTAL	18	335,0

Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

As propriedades pesquisadas se enquadram segundo o inciso IV do Art. 4º da Lei nº. 4.504 (Estatuto da Terra), de 30 de novembro de 1964, como minifúndios 94,8%, considerando que possuem área inferior ao módulo fiscal, dos municípios onde estão inseridos, que é de 40,0 ha para os municípios de Teixeira e Maturéia, e 55,0 ha para os municípios de Patos, Cacimba de Areia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim e Quixaba. Apenas um estabelecimento, corresponde a pequena propriedade (5,2%), conforme definição dada pela alínea “a” do inciso II, Art. 4º da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal (SNCR, 2001).

Estes dados corroboram com a (FAO/INCRA (2000), a qual cita que a região Nordeste apresenta o maior número de minifúndios, com 58,8% de seus estabelecimentos familiares com menos de 5,0 ha. Entre esses agricultores, a área média é de 1,7 ha por estabelecimento; quando somados aos 21,9% dos estabelecimentos com área entre 5,0 e 20,0 ha, (área média de 9,8 ha por estabelecimento), obtém-se 81,0% dos estabelecimentos familiares desta região.

Segundo Küster e Martí (2009), essa estrutura da produção familiar, baseada em minifúndios (cerca de 2,3 milhões) de estabelecimentos, favorece o desenvolvimento da Agroecologia, a qual aumenta a rentabilidade das propriedades familiares com a diversificação dos produtos em hortas, quintais e agroflorestas, e o manejo ecológico faz diminuir os custos com insumos.

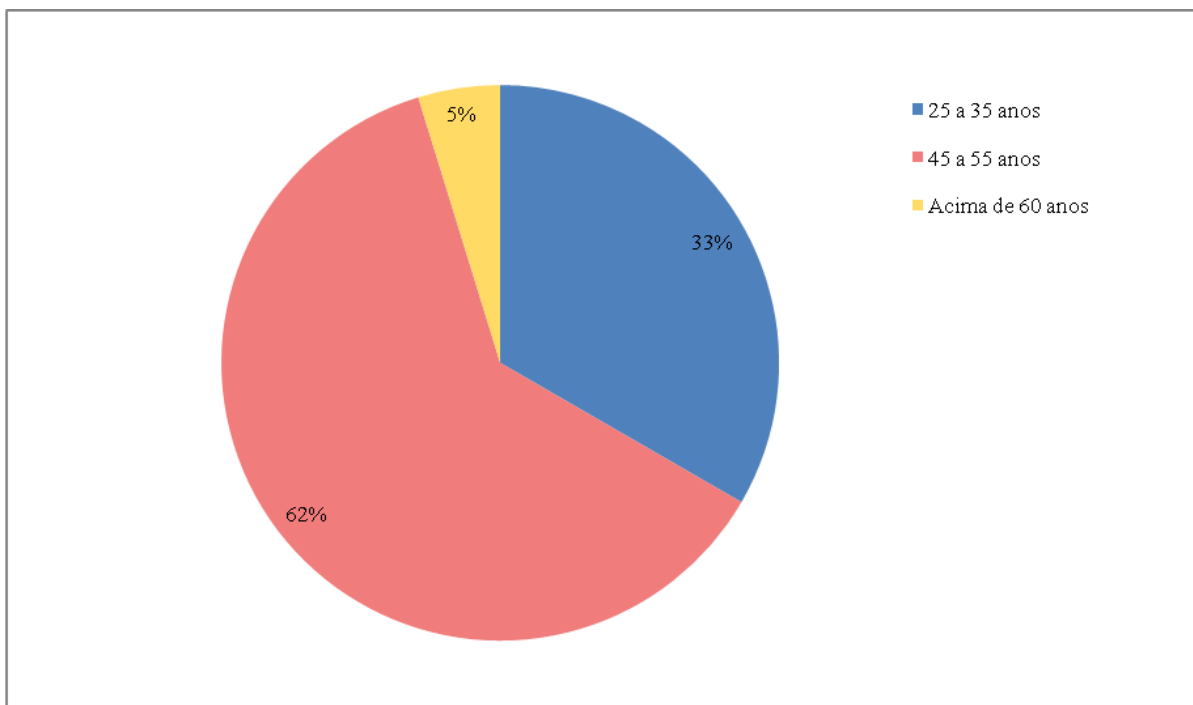
Os autores enfatizam que esse modelo oferece uma estrutura ideal para as práticas agroecológicas, com sua produção em pequena escala, uma vez que valoriza o trabalho manual, minimiza o uso de maquinários, fortalece o núcleo familiar e oferece a oportunidade de estabelecer relações justas uma vez que consideram a igualdade no gênero e entre as gerações. Os praticantes desse modelo podem se fortalecer ainda mais quando se organizam em associações ou cooperativas.

Isso se contrapõe a FAO/INCRA (2000), quando cita que as pequenas áreas distribuídas na região do semiárido nordestino, apresentam limitações que levam os agricultores a poucas perspectivas de melhoria e potencialização de seus sistemas produtivos, quando estão desenvolvendo atividades baseadas no modelo patronal e empresarial predominante que levou à exploração dos agricultores e agricultoras rurais.

4.2 Perfil dos Agricultores e Agricultoras

4.2.1 Núcleo Familiar e Faixa Etária

O núcleo familiar é constituído em média por seis pessoas, (62,0%) pai, mãe, filhos e netos; 33,0% tem em média três pessoas e apenas 5,0% não tem família. Quanto a distribuição de faixa etária verificou-se que 62,0% dos agricultores e agricultoras participantes Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano estão na faixa etária de 45 e 55 anos, seguido de 33,0% com 25 a 35 anos, e apenas 5,0% dos participantes tem idade superior a 60 anos. Na Figura 5, encontra-se o percentual de pessoas por faixa etária.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Figura 5: Faixa Etária dos agricultores da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

É visível a ausência dos jovens (menores de 25 anos) nas atividades não só vinculados à feira, mas nas demais atividades desenvolvidas nas propriedades pesquisadas. Isso se deve, provavelmente, a falta de atrativos para a permanência deles no campo, a ausência de atividades que proporcionem uma maior renda, a escassez de lazer diversificado e dificuldades para o acesso do ensino escolar de qualidade.

Para Küster e Martí (2008a), os jovens das áreas rurais estão vendo pouca perspectiva para permanecer no campo e seguir a profissão dos pais. Isso acontece pela repetição do modelo adotado pelas gerações anteriores, que continuam praticando agricultura à margem da tecnologia, por falta de recursos. O próprio sistema educacional não relaciona o conteúdo estudado com a realidade rural dos (as) jovens do campo, desestimulando ainda mais a atividade agrícola para essa faixa etária.

Para Godoy, et al. (2010) a continuidade da Agricultura Familiar está intimamente ligada à permanência dos jovens no meio rural. Os autores salientam a necessidade de criar novos espaços de participação, que mobilizem os jovens através do acesso a educação, formação, lazer, valorização do meio rural, criação de oportunidades de trabalho/renda. Além, de políticas públicas que despertem o interesse e viabilizem a permanência do jovem no meio rural, garantindo a reprodução da Agricultura Familiar e o desenvolvimento rural. Neste contexto, a visão territorial torna-se um elemento chave que pode revelar as potencialidades para o campo, a Agricultura Familiar e o desenvolvimento rural.

Küster e Martí (2008a) chamam a atenção para a prática da Agroecologia como uma oportunidade para abrir novas perspectivas para os jovens, uma vez que eles podem produzir de uma maneira diferente, sem os esforços que a agricultura de sequeiro exige, e se atualizarem com novas informações e acesso a tecnologias adaptadas. Os autores destacam a inclusão digital e a reformulação dos currículos escolares para uma “educação do campo” como parte das estratégias para manter os jovens nas áreas rurais, com perspectivas de melhorias de vida.

Nota-se, entretanto, certa tendência ao envelhecimento do meio rural (treze participantes), isso pode ser o resultado das migrações dos mais jovens para os centros urbanos paraibanos ou para outros Estados, atraídos pelas oportunidades de trabalho e escola, ou ainda pela perspectiva de melhoria de vida desenvolvendo outras atividades urbanas.

4.2.2 Distribuição do Gênero

É interessante salientar que os participantes da Feira da Agricultura Familiar do Médio Sertão Paraibano é constituído por agricultores (10) e agricultoras (11). Segundo relatos foram às mulheres que assumiram as primeiras responsabilidades quanto à mudança do sistema de produção agrícola convencional para o agroecológico, iniciando a instalação e preparação de pequenas hortas nos arredores da casa, buscando as primeiras orientações técnicas, fazendo os primeiros preparados utilizados para o processo produtivo, além da comercialização dos produtos na feira.

Das famílias pesquisadas verificou-se que em 52,3% dos estabelecimentos as mulheres são as responsáveis pelo sistema de produção na agricultura agroecológica, e 47,6% das unidades produtivas os homens se apresentam como responsáveis.

A pesquisa revelou ainda, que as mulheres participam ativamente como membros e diretoria da Associação (presidente, vice-presidente, tesoureira e conselho fiscal), em sindicato rural, associações comunitárias, visitas de intercâmbio, dentre outras. Percebe-se, portanto, que as mulheres tem o domínio no conhecimento de todo processo produtivo na agricultura familiar o que garante a sua sustentabilidade na esfera do trabalho com a terra, bem como nas relações de gênero para além do âmbito específico desse labor, mas também, na sustentabilidade como um todo dessa produção (SOUSA, RODRIGUES e NODA, 2008).

Para Rocha (2008), a inserção da mulher à frente dos negócios agropecuários é, provavelmente, um fato recente e interessante de ser observado, uma vez que a mulher, pelos costumes mais antigos, sempre foi responsável pela administração do lar e pela educação dos filhos. No entanto, isso não afasta a idéia de que sempre esteve presente nos momentos mais delicados de tomada de decisão relacionados aos negócios estratégicos da família e na aplicação de pequenos recursos.

Segundo Burg (2005), os espaços ligados à Agroecologia permitem a valorização do trabalho das mulheres, à medida que, em muitos casos, elas assumem a gestão da produção agroecológica e a comercialização nas feiras. Desta forma, elas se projetam como agentes de geração de renda e ganham visibilidade. O trabalho das mulheres, anteriormente visto como “ajuda”, ganha conotação econômica e social, envolvendo alteração de responsabilidades, redefinições de papéis, ainda que parcialmente. Cresce o reconhecimento de seu papel social e de sua crucial importância na Agricultura Familiar.

De acordo com Alves (2010), mesmo atuando ativamente para a formação ou contribuição da renda familiar, a parte que cabe a mulher sofre uma invisibilidade que

demonstra discriminação na sua força produtiva. Para as agricultoras o preparo do solo, plantio, colheita, criação de pequenos animais, além de cuidar de toda a rotina da casa entre outras atividades não agrícolas, como vender o excedente nas feiras, são atividades rotineiras, consideradas sem valor laboral e monetário.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres e, de um modo geral, também as crianças e os jovens, ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles, (BRUMER, 2004).

Segundo Küster e Martí (2008a), o trabalho da mulher é visto como algo limitado, hierarquizado e não têm o mesmo reconhecimento do trabalho desenvolvido pela força masculina. A Agroecologia se propõe a pensar e a trabalhar a integração entre a maneira de fazer agricultura, a natureza e as formas de as pessoas organizarem suas vidas e suas relações. Às vezes a idéia de integração é transportada para uma visão idealista da família, sem conflitos. Só a igualdade real, o compartilhamento das tarefas e o respeito à autonomia podem superar os conflitos existentes nas famílias e nas comunidades. Em torno de toda essa discussão é fato que as mulheres, encorajadas pelas perspectivas de ocupação de espaços de poder, têm se organizado de forma autônoma, utilizando novas práticas, valores e propostas de participação ativa em movimentos sociais. Essa inserção é resultado de uma conquista que está claramente associada ao reconhecimento da mulher quanto ao seu nível de organização.

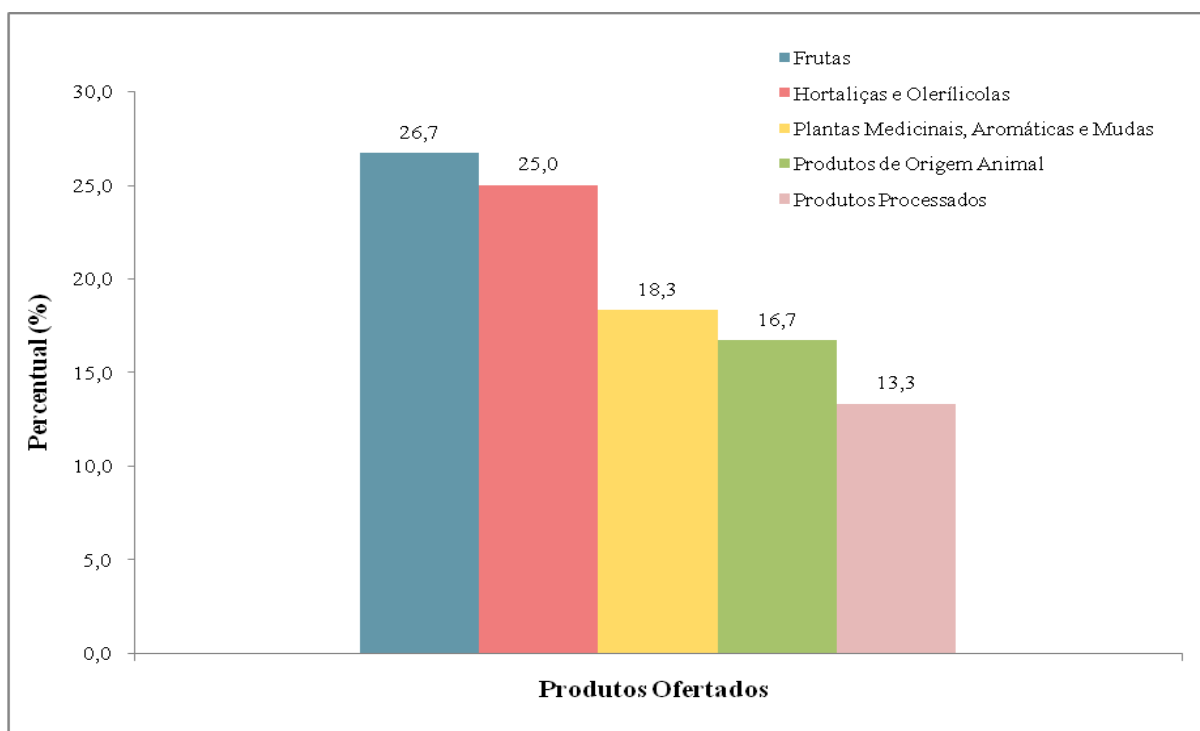
4.2.3 Produtos Ofertados na Feira

Nos estabelecimentos pesquisados são produzidos sob manejo agroecológico, pelos agricultores e agricultoras que participam da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano, cerca de oitenta produtos. Dentre eles, encontram-se **frutas** (acerola, banana, caju, coco, goiaba, graviola, groselha, jatobá, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pinha, seriguela, tamarino), **hortaliças e olerícolas** (abobrinha, acelga, agrião, alface batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chicória, coentro, espinafre, escarola, feijão verde jerimum, jiló, maxixe, macaxeira, milho verde, nabo, pepino, pimenta, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsão, salsinha, tomate cereja, vargem, tomate comum), **produtos de origem animal** (galinha de capoeira, ovos de capoeira, peixe, leite de cabra e de vaca), **plantas medicinais e mudas** (alecrim, capim santo, casca de cajueiro, erva cidreira, hortelã moído, louro, malva, mastruz, melindre, mostarda,

mudas de espécies frutíferas) e os **produtos processados** (beiju de goma de mandioca, bife de cenoura, vários tipos de bolo, canjica, carne de caju, farinha de milho, farofa de carne de caju, fubá, licor, hambúrguer de caju, doces, manteiga da terra, mel de abelha, molhos de pimenta, nata de leite, orelha de pau, pamonha, polpa de frutas, queijo de coalho de cabra e de vaca, raspa de queijo, tapioca, torta de caju e vassoura).

Essa diversidade contribui para melhor equilíbrio do sistema e para a eliminação do uso de agrotóxicos e também reduzir os riscos inerentes à dependência de uma única atividade. Colabora também para o fortalecimento da Agroecologia e ainda faz parte das estratégias adotadas pela organização da feira, pois os agricultores e agricultoras tentam variar a qualidade dos produtos ofertados, para que a feira possa atrair o maior número de consumidores.

É interessante ressaltar que alguns fatores favorecem a oferta dessa diversificação. Dentre eles pode-se citar o período da safra, a estação do ano e a demanda, além da localização de cada propriedade. Na Figura 6 visualiza-se o percentual dos produtos ofertados na feira.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Figura 6: Percentual de Produtos Ofertados na Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

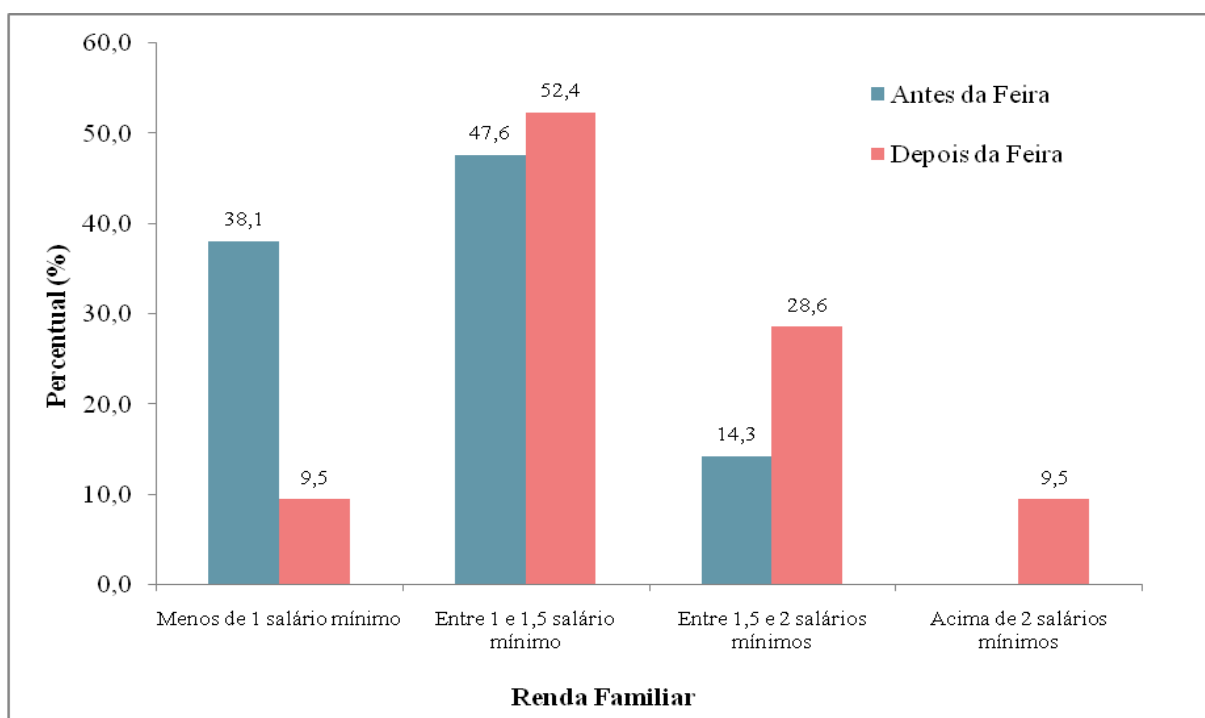
Para Rodrigues et al. (2008) a produção agroecológica e as feiras representam uma estratégia que objetiva além da conservação dos recursos naturais, através da produção de alimentos mais saudáveis livres de agrotóxicos, a melhoria na qualidade de vida do produtor e

do consumidor. Para os autores, a produção de alimentos agroecológicos e a sua comercialização proporcionam um sentimento de grande satisfação entre os participantes, especialmente porque no processo produtivo, não há a utilização e manipulação de elementos químicos tão nocivos ao meio ambiente e ao próprio homem.

As práticas agroecológicas propiciam também uma nova concepção de vida, onde a preservação da natureza configura-se como o caminho para a construção de um futuro mais seguro para a humanidade.

4.2.4 Renda Familiar

Na Figura 7 visualiza-se a melhoria da renda dos agricultores e agricultoras depois da feira.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Figura 7: Percentual da Renda Familiar dos Agricultores da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

Antes, oito dos agricultores e agricultoras tinham uma renda mensal de menos de um salário mínimo; dez afirmaram que sua renda variava de um a um salário mínimo e meio, três declararam ter renda entre um e dois salários mínimos e nenhum atingia renda superior a dois salários mínimos. Atualmente, percebe-se uma melhoria sócio-econômica dessas famílias, visto que a maioria apresentou um incremento de sua renda mensal. Apenas dois participantes

relataram que ainda não atingiram a renda de um salário mínimo mensal; um melhorou a renda, a qual passou a ser entre um e um salário mínimo e meio, seis afirmaram que tem uma renda entre um e dois salários mínimos e dois acima de dois salários.

A Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano tem se constituído em uma importante estratégia econômica dos agricultores e agricultoras, pois tem contribuído para a melhoria da renda das famílias participantes, promovendo um desenvolvimento local sustentável. A renda familiar está infinitamente ligada à diversidade dos produtos (produção) e ao consumidor.

Segundo Küster e Martí (2010), a feira agroecológica organizada de forma coletiva é um empreendimento solidário e, portanto, deve gerar algum rendimento para todos que participam. A gestão do empreendimento requer o estabelecimento de regras para o funcionamento e a realização de cálculos para analisar a viabilidade econômica. O êxito da autogestão das feiras da Agricultura Familiar Agroecológica depende principalmente da organização do grupo. É importante incluir as famílias, especialmente as mulheres e os jovens, que assumem, muitas vezes, a comercialização nas feiras.

Antes da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano alguns agricultores e agricultoras não tinham renda fixa, sobreviviam dos programas sociais do Governo Federal como bolsa família e bolsa escola, geralmente associada à aposentadoria de um parente próximo, e algumas diárias de serviços eventuais. Atualmente os participantes da feira, consideram-se assalariados com uma renda mensal uma vez que a maioria passou a ter uma renda superior ao salário mínimo, após a venda dos produtos na feira. Essa nova condição eleva a auto-estima dos participantes uma vez que essa renda cria oportunidades de oferecer um bem estar econômico e social aos seus familiares.

Para Burg (2005), os recursos financeiros provenientes das feiras agroecológicas tem proporção e significância variáveis para as diversas famílias envolvidas. Representam desde 20 % da renda total até o extremo de 90%. Normalmente, cabe a mulher a administração dessa renda, a qual é destinada para os gastos e bem comum da família, desde o suprimento de mantimentos, roupas e material escolar, a despesas mensais como a energia, e outras relacionadas ao lazer.

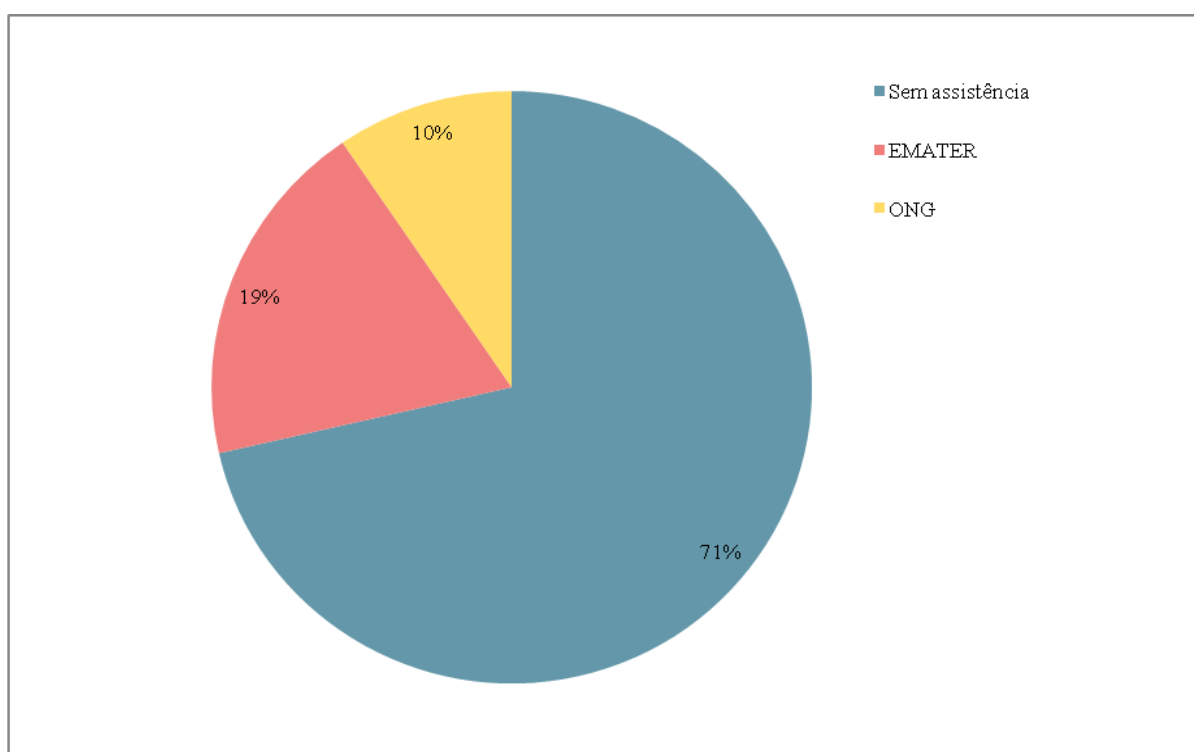
Godoy e Anjos (2007) afirmam que a renda advinda das feiras gira em torno de um a dois salários mínimos mensais, e que, apesar do baixo retorno, possuem a firme intenção de continuarem vendendo seus produtos na feira.

Para os autores supracitados, devido às características diferenciais das feiras livres ecológicas, verifica-se a existência de um relacionamento forte com o consumidor, sendo que

o produtor aproveita-se desta relação para agregar algumas das necessidades sentidas pelos consumidores ao seu processo produtivo, obtendo conseqüentemente maior margem de renda e maior satisfação do consumidor.

4.2.5 Assistência Técnica

Na Figura 8 visualiza-se o percentual da assistência técnica nas propriedades dos agricultores e agricultoras que participam da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano é praticamente inexistente.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Figura 8: Assistência Técnica à Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

Constatou-se que quinze dos agricultores e agricultoras que desenvolvem a produção agroecológica atualmente não recebem assistência técnica, quatro são assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER e apenas dois de Organizações Não Governamentais-ONG.

De acordo com relatos dos participantes, as técnicas agroecológicas, como conservação do solo, adubação orgânica, adubação verde, dentre outras, utilizadas pelos agricultores e agricultoras da feira são adquiridos através da troca de conhecimento entre as famílias e com treinamentos proporcionados nas visitas de intercâmbio realizadas pelos

membros da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Comercializados de Produtos Orgânicos do Território do Médio Sertão. Essas informações são geradas e repassadas pelos próprios agricultores e agricultoras que melhoraram sua produção e que voluntariamente compartilham do sucesso de suas inovações com os demais membros da associação.

Essa realidade foi descrita por Küster e Martí (2008b), que enfatizaram a importância do intercâmbio entre os agricultores e agricultoras que podem se aconselhar da melhor forma sobre seus desafios, uma vez que eles constantemente vivenciam formas de incrementar sua produção e manifestam o desejo de repassar as experiências aos demais. O acesso a informações é fundamental para a qualificação da Agricultura Familiar e a difusão da Agroecologia numa via dupla onde os técnicos orientam na produção agroecológica, desde que considerem o conhecimento do saber dos agricultores, que convivem com realidades específicas.

Pires, Botelho e Lima (2010) chamam a atenção para a adoção de sistemas de produção agroecológicos, pela Agricultura Familiar a qual requer, sobretudo, conhecimento local sobre o ambiente, resgate da biodiversidade natural e o acesso aos meios de produção como a terra, o crédito e a assistência técnica de qualidade.

Mazalla (2009), a sustentabilidade social está de acordo com o grande objetivo da Agroecologia, que é fortalecer o desenvolvimento de todos os camponeses, principalmente os mais empobrecidos e excluídos (quilombolas, indígenas, produtores familiares, assentados, caiçaras e povos da floresta), incentivar o associativismo e cooperativismo. Portanto, torna-se importante desenvolver técnicas de gestão e tecnologias construídas coletivamente com os agricultores, a partir de seus conhecimentos, voltadas para as necessidades locais e respeitando a diversidade e especificidades dos territórios, utilizando sempre bases tecnológicas que aproximam os processos produtivos à história dos produtores e às dinâmicas ecológicas. Nessa nova perspectiva, o agricultor se torna protagonista no processo de desenvolvimento rural, desenvolvendo continuamente sua autonomia e a autogestão.

4.3 Perfil dos Consumidores da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão

Participaram da pesquisa 50 consumidores, dos quais, 88,0% são assíduos semanalmente e equitativamente 12,0% freqüentam quinzenalmente ou eventualmente. O

perfil dos consumidores é bastante diversificado, variando de indivíduo para indivíduo o seu comportamento e suas necessidades de consumo.

Comportamento semelhante também foi observado na Feira Agroecológica do Campus I da - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em João Pessoa, onde metade dos consumidores entrevistados declarou freqüentar a feira desde o início. Um importante elemento a ser destacado também é a periodicidade de freqüência desses consumidores, dos quais 66,0% freqüentam assiduamente, 19,0% semanalmente e quinzenalmente e 11,0% eventualmente (MARCOS et al. 2005).

A convivência semanal ao longo dos anos de funcionamento da feira agroecológica, entre agricultores e agricultoras feirantes e consumidores, solidifica amizades e compromissos entre sujeitos de realidades sociais bastante distintas. Isto demonstra que a feira agroecológica, diferente dos supermercados, e mesmo de algumas feiras livres, está fundamentada em uma relação muito além daquela eminentemente comercial. É comum, por exemplo, que os agricultores, em ocasiões festivas nos estabelecimento/assentamentos, convidem os consumidores para que estes estejam presentes, fortalecendo, ainda mais, as relações entre eles, (SANTOS, 2007).

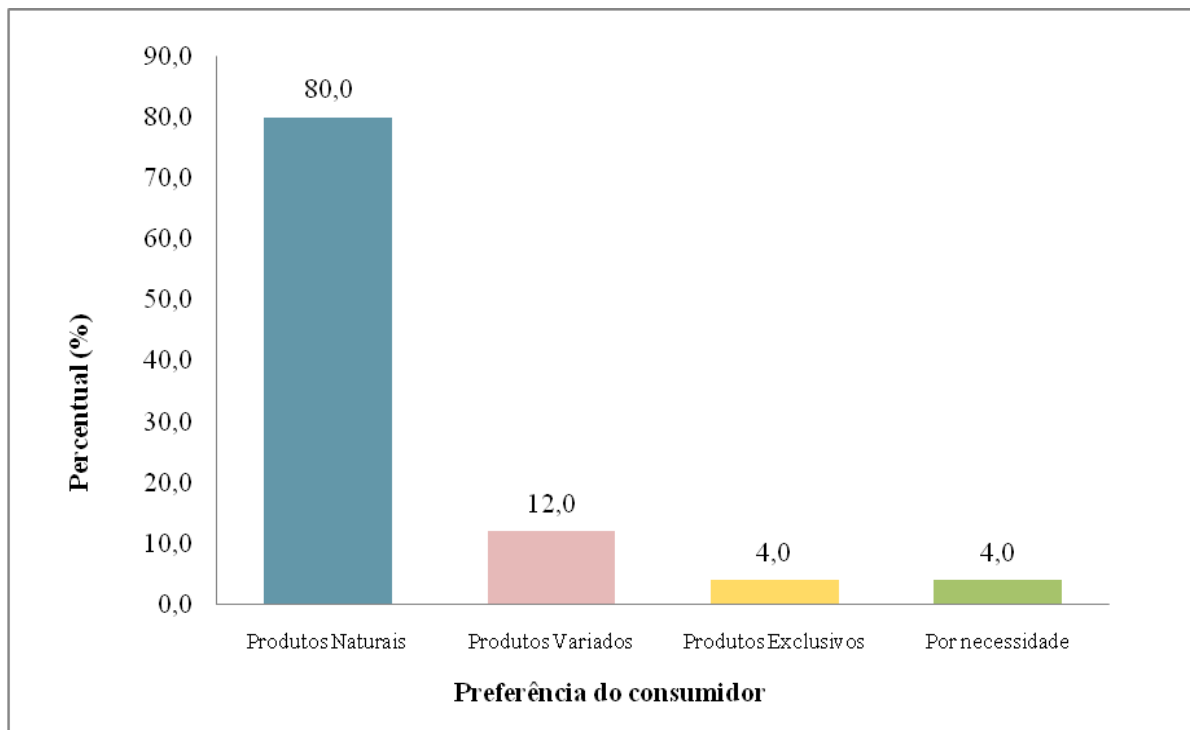
Os produtos mais demandados em ordem decrescente são as hortaliças e olerícolas, (28,6%), frutas (23,1%), produtos de origem animal (19,0%), plantas medicinais e mudas (15,0%) e produtos processados (14,3%). Esses produtos são bem aceitos, sendo rapidamente esgotados, pois, segundo os consumidores, tem boa qualidade e a forma de processamento lhes garantem maior durabilidade em relação aos vendidos na feira tradicional.

São vários os fatores que levam o consumidor a freqüentar a feira agroecológica e adquirir determinado produto. Dentre eles destacam-se a preservação à saúde, a qualidade dos alimentos, e a ausência de agrotóxicos. Os consumidores também mostraram a preocupação ambiental, como motivação do consumo dos produtos agroecológicos, os quais são produzidos de acordo com as condições que a natureza oferece, ou seja, com baixos impactos ambientais.

Para Follmann e Ciprandi (2007), as feiras agroecológicas enquadram-se na filosofia do movimento agroecológico, especialmente por estabelecer uma relação personalizada e de cooperação entre o produtor e o consumidor, como também, por possibilitar maiores ganhos aos agricultores e menores preços aos consumidores. Esse tipo de comercialização tem grande importância no que diz respeito à diferenciação do produto ofertado frente ao convencional.

Quanto à preferência dos consumidores pelos produtos ofertados na feira, observa-se na Figura 9, dos 50,0 entrevistados, 40,0 escolheram os produtos por serem naturais livres de

agrotóxicos, é a principal razão que os levam a frequentar a feira; 6,0 responderam que podem encontrar uma maior variedade de produtos; 2,0 que eram atraídos pela oferta de produtos exclusivos e 2,0 por necessidade.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

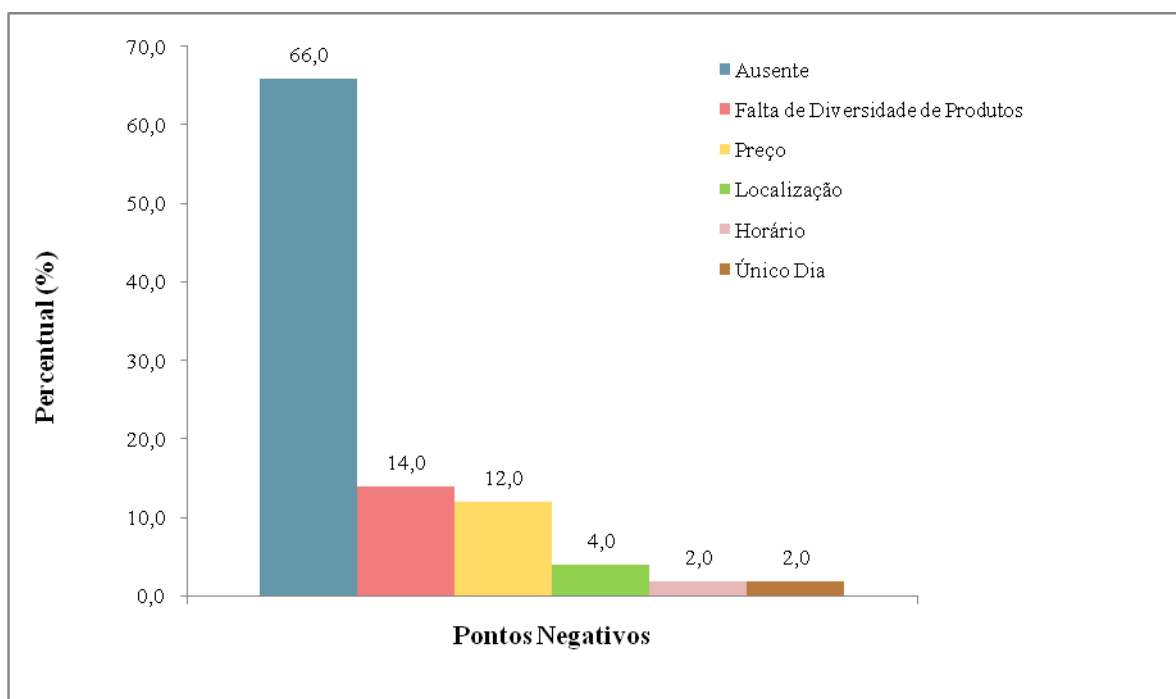
Figura 9: Preferência dos consumidores pelos produtos da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

Segundo Godoy e Anjos (2007), dois motivos levam os consumidores a frequentar a feira em detrimento do supermercado e das feiras tradicionais: 1) a personalidade caracterizada pelo relacionamento direto entre consumidor e produtor, criando-se vínculos de diversas intensidades entre os atores; 2) a consciência dos benefícios que o consumo dos produtos ecológicos trazem para a saúde do consumidor.

Uma pesquisa realizada no município de Patos em 2008 sobre o comportamento do consumidor frente à demanda por produtos livres de agrotóxicos mostrou que 94,0% dos entrevistados pagariam mais caro por um produto que não agredisse a saúde e o meio ambiente, pois associam a prática à melhoria do bem-estar e uma maior perspectiva de vida. Os demais (6,0%) não estão dispostos a pagar mais caro, devido as restrições financeiras, para economizar e até mesmo por não acreditar na intensidade dos problemas ambientais (BENÍCIO, 2008).

Quando questionados sobre os pontos negativos da feira (figura 10), dos 50 consumidores entrevistados, 66,0% responderam não haver, demonstrando plena satisfação,

em decorrência da oferta de produtos saudáveis; 14,0% destacaram a falta de diversidades dos produtos, pois a maioria dos agricultores e agricultoras oferta apenas aqueles que estão no período de safra; 12,0% chamaram atenção dos preços, pois alguns produtos são vendidos mais caros, quando relacionados aos ofertados na feira central de maneira tradicional, principalmente as hortaliças; quatro reclamaram da localização; dois acharam o horário inconveniente e dois a realização da feira em apenas um dia da semana. Na Figura 10 visualiza-se esse percentual.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em maio/junho de 2010

Figura 10: Pontos negativos elencados pelos consumidores da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano

Follmann e Ciprandi (2007) verificaram uma realidade semelhante em pesquisa realizada, no município de Lages (SC), onde 72,0% dos consumidores entrevistados declararam que estavam satisfeitos com a Feira Agroecológica desenvolvida naquela localidade, e que a qualidade e as características dos produtos ofertados justificavam os preços. Para os consumidores habituais, o maior defeito que encontraram nos produtos ofertados era o preço ainda alto, por muitos considerado um obstáculo para o crescimento do mercado e para o consumo rotineiro. Alguns declararam que o preço inferior de alguns produtos seria determinante para a escolha definitiva a favor dos produtos agroecológicos, uma vez que poucos se declararam insatisfeitos. Isto pode ser um forte motivo para a existência de consumidores ocasionais.

5 ASPECTOS RELEVANTES OBSERVADOS SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO

Esta pesquisa proporcionou vivenciar uma experiência junto a pessoas do campo, as quais lutam por uma vida digna, utilizando a terra para seu sustento, dentro de um modelo racional, oferecendo produtos de qualidade aos consumidores com menor impacto ambiental.

Embora os conceitos sobre a Agroecologia enquanto Ciência não estejam bem fundamentados em seu interior, todos os participantes da feira seguem os principais preceitos estabelecidos por ela: ausência de queimadas, de agrotóxicos e de implementos agrícolas pesados. Alguns aspectos merecem destaque:

1 Organização da feira

Os preparativos para a realização da feira começam com a colheita dos produtos, realizada na quarta-feira no final da tarde e se estende até a noite, com a limpeza dos produtos, deposição de alguns produtos em pequenas porções (verduras, vagens) e armazenamento em caixotes para o transporte. Todo esse processo é realizado com participação de vários membros da família, para que na quinta-feira pela madrugada em torno 02:00h tudo esteja pronto para o transporte individual próprio (motocicleta) ou coletivo (camionetas).

As 04:00 horas da manhã os agricultores e agricultoras chegam no local da feira, onde as barracas já estão montadas. A montagem é feita na quarta-feira, por um membro da associação, que recebe semanalmente de cada agricultor o valor de três reais.

Por volta das cinco da manhã os primeiros consumidores começam a chegar. O fluxo se concentra nas duas primeiras horas de realização da feira. Isto ocorre pela maior oferta de produtos, por estes estarem mais frescos nas horas iniciais de realização da feira e pelo horário de trabalho dos consumidores.

2 Apoio Financeiro

A Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Comercializados de Produtos Orgânicos do Território do Médio Sertão, não recebe nenhum apoio financeiro. A própria associação tem um fundo rotativo, onde cada associado paga a quantia de dois reais por semana que é destinado para as despesas das viagens nas visitas de intercâmbio e para

empréstimo, caso os associados necessitem. Cada membro pode solicitar até trezentos reais com carência de dois meses, com juros de 1% ao mês, podendo ser parcelado em até seis vezes. Isso comprova que os associados estão integrados dentro do associativismo.

3 Utilização de Energia Solar

Ao visitarmos a propriedade Fava de Cheiro, que pertence ao município de Teixeira, constatamos a preocupação dos moradores com o econômico e o ecológico, no qual buscam aproveitar todos os recursos naturais que a natureza oferta. As frutas que estão na safra antes desperdiçadas pelo excesso de produção, atualmente são processadas (polpas) e armazenadas em freezer, movido a energia solar.

4 Venda de Sacolas

Os agricultores e agricultoras da feira demonstram grande preocupação com o meio ambiente. Devido a larga utilização de sacolas plásticas tão comuns e o desperdício de alguns materiais provenientes de banners, idealizaram a utilização desse material para fabricação de sacolas. O custo total por sacola é de quatro reais, dos quais, dois são pagos pelos agricultores e agricultoras e dois pelos consumidores para conduzir os produtos adquiridos na feira. É interessante ressaltar que os agricultores e agricultoras fizeram campanhas nas escolas, igrejas e demais órgãos públicos para aquisição desse material, o qual foi depositado na associação para fabricação de cem sacolas.

5 Doação dos Alimentos

Os agricultores e agricultoras da feira desenvolvem um trabalho social, no qual fazem doação dos produtos não comercializados, após o término de cada feira. Esses produtos são doados para a casa de Apoio da Sagrada Família, localizada na cidade de Patos/PB.

6 O Núcleo Familiar

As visitas de intercâmbio favorecem o fortalecimento do núcleo familiar. Mesmo em se tratando de trabalho aos domingos, percebe-se a união de todos os membros da associação e das famílias e de sua valorização. É importante salientar que cada propriedade responsável

para ciceronear a visita, oferece todas as refeições, ricamente expostas com os produtos da propriedade, num clima de harmonia e alegria.

Por fim, percebe-se que o núcleo familiar e o respeito ao próximo são os elementos fortalecedores dessa feira, uma vez que conforme a fala de um dos membros “[...] *antes de falar de Agricultura Familiar, tenho de falar da minha família [...]*”.

CONCLUSÃO

Os agricultores e agricultoras da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão Paraibano são proprietários, meeiros, posseiros e assentados de pequenas propriedades distribuídas em oito municípios do Território do Médio Sertão Paraibano.

O núcleo familiar é formado por pais, filhos e netos, com predominância de idade adulta, e poucos jovens e idosos. A presença da mulher é predominante em todos os setores, desde a produção até a direção na associação.

A diversidade na oferta de frutas, hortaliças, olerícolas, produtos de origem animal, plantas medicinais, mudas e produtos processados depende do período do ano.

Houve incremento na renda familiar da maioria dos agricultores e agricultoras.

A assistência técnica é deficiente, ausente na maioria das propriedades. Esta ausência é contornada parcialmente pelos agricultores e agricultoras, que compartilham suas experiências positivas nas visitas de intercâmbio e de acompanhamento da produção.

A maioria dos consumidores é assídua e está satisfeita com a oferta e a qualidade dos produtos, porém demonstra insatisfação quanto ao preço e à irregularidade da diversidade dos produtos ofertados, e quanto ao local e horário de realização da feira.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F. **As múltiplas funções da agricultura familiar: o campesinato criador de sociabilidade e cultura no agreste da Borborema paraibana.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 2007, Recife, **Anais...** Recife: 2007.

ALVES, C. A. **Agricultura familiar e gestão de custos: um estudo de caso na região do semi-árido baiano.** 2010. 109f. Monografia. (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos.pdf. Acesso em: 12 Nov. 2010

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 2. ed. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre-RS, 2000. p.120. Disponível em: <<http://www.agroeco.org>. Acesso em: 5 Out, 2010.

ARAGÃO, M. A. G. Proposta de adaptação de indicadores de sustentabilidade para a unidade de produção agrícola familiar a partir dos métodos IDEA e MAIS. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva** v. 5, n. 9: sem. 2006. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br>. Acesso em: 18 Abr. 2010

ARAÚJO FILHO, J. A.; CARVALHO, F. C. Desenvolvimento Sustentado da Caatinga. In: ALVAREZ, V. H.; FONTES, L. E. F.; FONTES, M. P. F. **O solo nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado.** Viçosa, MG. 1996. p. 125-133.

BARBOSA, E. M. **Crítica ao modelo atual de desenvolvimento agrícola e à transição agroecológica no semiárido. 2003** <www.encontroagroecologia.org.br. Acesso em: 23. Jul. 2009.

BARCELLOS, C. R. H.; MANTELLI, J. Agroecologia e organização cooperativa como alternativa de sustentabilidade para a agricultura familiar. 2009. **Caminhos de Geografia.** Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br>. Acesso em: 18 Abr. 2010.

BENÍCIO, K. A.; **Sustentabilidade e negócios: a prosperidade do mercado verde e o comportamento do consumidor frente aos produtos ecologicamente corretos na cidade de Patos-PB.** 2008. 59f. Monografia. (Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade) Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente: **Agenda 21 Brasileira: bases para discussão.** 2001.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12. n.1, janeiro-abril/2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br>. Acesso em: 29. Jan.2011.

BURG, I. C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense.** Florianópolis, 2005. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.pos.ufsc.br/>. Acesso em: 23 Jan. 2011. Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br> Acesso em: 12 Jan. 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios; 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar**: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócios no Cariri cearense. Fortaleza: 2008. 167p.

_____. **Política pública e renda na agricultura familiar: a influência do pólo de desenvolvimento de agronegócios cariri cearense**. Fortaleza. 2006. Disponível em: <<http://www.cnpat.embrapa.br/>. Acesso em: 18 Abr.2010.

DI SABATTO, A. **Metodologia para caracterização do perfil da agricultura familiar e de seus principais sistemas de produção**. Brasília: IBGE, 1999.

DUQUE, J. G. **Perspectivas Nordestinas**. 2 ed. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004. 424p.

FAO/INCRA **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: FAO/INCRA, 2000.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, DF, 1996. p. 1-24.

_____. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, Segunda versão. Brasília: FAO/INCRA, Mar., 1995.

FOLLMANN, T. M.; CIPRANDI, O. **Perfil dos consumidores agroecológicos da feira de Lages**. In: – “UDESC em Ação”, n. 1, 2007. Disponível em: <www.revistas.udesc.br. Acesso em: 04. Nov. 2010.

FREIRE, J. A. Política agrícola e sustentabilidade da agricultura familiar no Nordeste Brasileiro: anos 90. **Revista Raízes**, Ano XVIII, n. 20, Nov.1999. p.76 - 89

GODOY, C. M. T; PÉREZ, F. I. C; WIZNIEWSKY, J. G.; GUEDES, A. C; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. 18f. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 48, 2010. Campo Grande (MS) **Anais... 2010**. Campo Grande (MS).Disponível em: <<http://www.sober.org.br>. Acesso em: 14 Set. 2010.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. O perfil dos feirantes ecológicos de Pelotas-RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 2, n.1, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/> Acesso em: 02 Fev. 2011.

GONÇALVES, J. E. **Análise do programa comércio justo e solidário: o caso da coopercaju no estado do Rio Grande do Norte**. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

GONZAGA, S. L. **Análise de desempenho das culturas agrícolas da Paraíba**. 2006. Edição Eletrônica. Disponível em: <www.Eumed.net.com.br. Acesso em: 15 Ago.2009.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, Fev. 2000. 74 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 20 Out. 2009.

IBGE. **.Posição e extensão da região Nordeste**. 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 Abr. 2010.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável do Brasil 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 Set. 2009.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. v. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 Out. 2010.

KNOB, M. J. **Aplicação e técnicas de agricultura de precisão em pequenas propriedades**. 2006. 129 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola) Universidade Federal de Santa Maria (RS) Centro de Ciências Rurais. 2006

KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F. Agroecologia organizando feiras. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado**. Fortaleza, n. 5. Fundação Konrad Adenauer, 2010. 34p. Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/>>. Acesso em: 30 Jan. 2011.

_____. **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. 152 p.

_____. Agroecologia plante esta idéia. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado**. Fortaleza. n. 1 Fundação Konrad Adenauer, 2008a. 56p. Disponível em: <http://www.kas.de>. Acesso em: 30 Jan. 2011

_____. Agroecologia colocada em prática. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado**. Fortaleza. n. 2 Fundação Konrad Adenauer, 2008b. 56p. Disponível em: <<http://www.kas.de/brasilien/>>. Acesso em: 30 Jan. 2011.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Unicamp: Campinas, 1993. 122p.

LUCENA, L. e MOREIRA, M. F. **Processos de transformações socioambientais no Sertão Paraibano e suas implicações na permanência do homem no campo**. Disponível em:<<http://egal2009.easyplanners.info/>>. Acesso em: 05 Set. 2010.

MAPA TERRITORIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, 2010. Disponível em: <<http://ccaufpb.wordpress.com>>. Acesso em 28 Dez. 2010.

MARCOS, V.; OLIVEIRA, M. B.; VALE, K. C.; LUCENA, A. D. SANTOS, T. A. **Feira agroecológica do CAMPUS I da UFPB: certificação social e revitalização**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, III - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA JORNADA ARIOSVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, II, 2005. Presidente Prudente **Anais...** Presidente Prudente, São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/>>. Acesso em: 04 Fev. de 2011.

MAZALLA, W. N. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais** Campinas, SP, 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola na Área de Concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual de

MDA/SDT/ARRIBAÇÃ. **Relatório de atividades referentes à construção da Feira da Agricultura Familiar do Território do Médio Sertão**. Patos, Paraíba. 2008. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em: 27 de Mar. 2010

MDA/SDT/COOPAGEL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Médio Sertão**, 2006. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em: 27 de Mar. 2010.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, 2007. Disponível em: <<http://agro.unitau.br/> Acesso em: 23 de Out. de 2009.

OLIVEIRA, K, A. e CORONA H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP**, Brasil, Ano 1, n 1, 2008. Disponível em: <<http://www.amigosdanatureza.org.br/revista/artigos>. Acesso em: 16 Dez. 2010.

PIRES, A. H. B.; BOTELHO, L. C.; LIMA, I. S. **Produção agroecológica e segurança alimentar: o consumo alimentar de famílias agricultoras na Zona da Mata de Pernambuco, Brasil**. CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VIII, 2010. Porto de Galinhas **Anais...** Porto de Galinhas (PE) Disponível em: <http://www.alasru.org/>. Acesso em: 31 Jan de 2011.

ROCHA, F. E. C. **Avaliação psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultora Familiar (PRONAF) no Estado da Paraíba**. 2008. 192f. Tese. (Programa Integrado de Pós-Graduação, Nível Doutorado, UFPB/UFRN, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutorado em Psicologia Social.) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2008. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br> Acesso em: 16 Jan. 2011

RODRIGUES, M. F.; VELOZO, C. S. S.; MARACAJÁ, M. S.; SENA, L. P.; JÚNIOR, F. B.; SANTOS, C. S. Agricultura orgânica e feira agroecológica como estratégias de complementação de renda em assentamentos rurais da zona da mata paraibana. **ENCONTRO DE EXTENSÃO, X - ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, XI**. João Pessoa. 2008. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/>. Acesso em: 04 Fev. 2011.

SANTOS, M. C. C. A. **Avaliação dos impactos socioeconômico e ambiental da agricultura familiar na microbacia hidrográfica do Oiti, Lagoa Seca – PB**. 2009. 139f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) Centro de Tecnologia de Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande/PB. Campina Grande, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 28 Dez. 2010.

SANTOS, T. A. **Território e relações de poder: a busca por autonomia camponesa por meio da feira agroecológica da UFPB**. 2007. 127f. Monografia. (Título de Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2007. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br>. Acesso em: 25 Jun. 2010

SCHETTINO, L. F.; BRAGA, G. M. **Agricultura Familiar & Sustentabilidade**. Edição do Autor. Vitória/ES, 2000. 83p.

SILVA, C. A. **Políticas territoriais no Médio Sertão-PB**: uma análise sobre o processo de execução dos projetos de infraestrutura (investimentos) aprovados pelo colegiado territorial, 2007. Disponível em: <<http://www.territoriomediosertao.org>. Acesso em: 27 de Mar. de 2010.

SILVA, D. D.; NETO, H. L. S. V.; SILVA, R. R. P.; MELO, A. C. C.; NASCIMENTO, P. C.; TARGINO, R. F.; LIRA, C. C. S.; REVORÊDO, R. G.; ROSA, M. G. S.; MATOS, M. M. V. L. A agroecologia aplicada à agricultura familiar em assentamento de reforma agrária do INCRA no município de Buenos Aires-PE. In: **JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX, X**, 2010. UFRPE: Recife. Disponível em: <<http://www.sigeventos.com.br/>. Acesso em 13 Dez. 2010.

SNCR - SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - INDICES BASICOS DE 2001. Disponível em: <http://www.plasson.com.br>. Acesso em: 28 Dez. 2010.

SOUSA, L. C.; RODRIGUES, P. F.; NODA, H. **Participação da mulher na sustentabilidade da agricultura familiar na localidade de Jandira, Iranduba, Amazonas**. 2008. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br>. Acesso em: 31 Jan. 2011.

SOUSA, R.B.; TARGINO, I. Perfil da produção familiar rural na Paraíba. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XIX**. São Paulo, 2009, São Paulo p.1-29. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/>. Acesso em: 30 Dez. 2010.

SOUZA, V. F. **Agricultura familiar**: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP. Campinas. 2002. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/>. Acesso em: 26 Set. 2010.

ANEXO

APÊNDICE